PLANO DE GOVERNO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL 2019-2022 IBANEIS ROCHA COLIGAÇÃO PRA FAZER A DIFERENÇA

MDB/PP/AVANTE/PSL/PPL

IBANEIS ROCHA GOVERNADOR ELEIÇÕES 2018

PLANO DE GOVERNO

ELEIÇÕES 2018

SUMÁRIO

APR	ESENTAÇÃO	3
INTR	RODUÇÃO	4
I - SI	STEMA CIDADÃO	9
	SUBSISTEMA EDUCAÇÃO	
	lorização dos Profissionais da Educação	
	tema e Gestão Educacional	
	ucação Básica	
	sino Superior	
	rmação técnica e qualificação profissional	
Ca	pacitação para o primeiro emprego	14
	pacitação para a primeira empresarmação em idiomas	
	rmaçao em laiomas	
AIE	ea Kuiai	14
1.2	SUBSISTEMA SAÚDE	16
	dernização da Gestão da Saúde	
Val	lorização dos servidores da rede de saúde do DF	17
Ge	stão Integrada e Moderna na Saúde	17
	asília Capital da Saúde	
	enção Primária em Saúde	
_	ıilância Epidemiológica	
	endimento Ambulatorial e Rede de Laboratórios	
	idades de Pronto Atendimento (UPAs)	
	enção Hospitalar	
Alta	a Complexidade	23
1.3 SI	UBSISTEMA SEGURANÇA PÚBLICA	24
	lorização dos servidores	
	raestrutura para ações integradas	
Pla	nejamento e modernização de sistemas	26
1.3.	SUSBISTEMA EMPREGO	27
1.4.	SUBSISTEMA MORADIA	28
UM D	IREITO DA CIDADANIA	28
1.5.	SUBSISTEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL	30
	raestrutura	
	anejamento e Recursos	
	ancas. Adolescentes e Jovens	

	55045 100545	52
	ssoas em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social	
Pe	ssoas com Deficiência	32
16	SUBSISTEMA DIREITOS HUMANOS	34
	anejamento e Recursos	
	omoção Equidade de Gênero	
	reitos das Minorias	
	omoção da Igualdade Racial	
	reitos dos Povos e Comunidades tradicionais do DF	
	pulação Carcerária	
Re	fugiados	36
Pa	rticipação Social	36
1.8	SUBSISTEMA ESPORTE E LAZER	37
1.9	SUBSISTEMA CULTURA	39
II - S	SISTEMA CIDADES PARA RECUPERAR DE BRASÍLIA	41
2.1.	SUBSISTEMA DESENVOLVIMENTO URBANO	
2.1.	SUBSISTEMA DESENVOLVIMENTO ORBANO	42
2.2.	SUBSISTEMA ENERGIA	44
2.3.	SUBSISTEMA MOBILIDADE	
	odais de Transporte	
	ansporte Público Conectado	
	squisa de Origem e Destino	
l ra	ansporte Individual	46
2.4.	SUBSISTEMA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	47
2.5	SUBSISTEMA CIDADES MEIO AMBIENTE	48
Ge	estão Ambiental	48
	stão de Resíduos Sólidos	
Ág	ua e Saneamento	49
III- S	SISTEMA GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	51
3.1 S	UBSISTEMA INTEGRIDADE PÚBLICA NO COMBATE À CORRUPÇÃO	52
3.2 S	UBSISTEMA GESTÃO EFICIENTE	53
DED	UZIR BUROCRACIA, DIMINUIR DISTÂNCIAS	E2
KED	trutura Administrativa	53 53
	anejamento, Orçamento, Gestão e Fazenda	
1 10	anojamonto, Organionto, Oostao o Fazonaa	34
IV -	SISTEMA EMPRESAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	59
V – S	SISTEMA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DF	67

APRESENTAÇÃO

Um novo ciclo de prosperidade para o DF

Percorrer o Distrito Federal em todos os seus quadrantes, nos dias de hoje, é constatar a falência do Estado na prestação de serviços à sua população. Ao se desviar de suas funções básicas, o Governo sucateou a máquina pública, deixando à míngua órgãos fundamentais.

Neste programa de Governo, que apresentamos à sociedade com humildade e a coragem de realizá-lo na sua integridade, queremos criar as condições necessárias para dar um salto no sentido de uma administração inspirada em conceitos de eficiência e eficácia.

Para que se resgate a autoestima da população, precisamos promover uma revolução em algumas áreas importantes, em especial na saúde, nos transportes, na segurança, na educação e na infraestrutura, na geração de emprego e renda e inclusão da juventude. Cuida-se da atual e das futuras gerações: os filhos dos filhos de Brasília.

Sou, talvez, o resultado da síntese que representa a capital de todos os brasileiros: descendente de nordestinos, de início humilde e tímido, aprendi a superar barreiras, reconhecer meus próprios erros para aprender com eles e fazer da vida um desafio pelo qual se vale a pena lutar sempre. Sou da primeira geração desta cidade a pleitear o governo do Distrito Federal.

Mas não estou só nessa caminhada. Trago comigo o exercício da convergência para que haja mais pontes entre as margens distantes. Trago comigo a visão solidária que deve ser o princípio motivador de um representante do povo. Trago comigo o sentimento de que é no campo da ação prática, mediante propostas novas e modernas, que melhor poderemos escrever uma história de avanço.

E trabalhar não é só o meu lema. É o que o Distrito Federal pede e reclama neste momento.

É hora de passar da palavra à ação, da ação à execução e da execução à consolidação das ideias pelas quais tanto lutamos. Enfim, a ação transformadora ao lado da imensa família que nos une sob o céu de Brasília.

Que Deus nos ilumine.

IBANEIS ROCHA

INTRODUÇÃO

Um Novo Futuro

A Inteligência Artificial, a internet das coisas e os aplicativos estão transformando o mundo. Ao contrário dos velhos filmes de ficção científica, no entanto, o terror dá lugar a uma era de mais conforto aos seres humanos. A informatização dos meios oferece cada vez mais comodidades a todos nós, criando um ambiente mais justo e – por mais contraditório que pareça – mais humano. Este é o futuro próximo do Distrito Federal.

O Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília formam hoje a terceira maior conurbação brasileira, num total estimado de 4,5 milhões de habitantes. Isso evidencia a necessidade de se buscar estratégias inteligentes e sustentáveis para solucionar problemas típicos da urbanização intensa, como acesso à transporte, educação, segurança, saúde e moradia.

Essas questões podem ser amenizadas e, em vários casos, solucionadas, com a adoção de soluções integradas de gestão e serviços, a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação. O Distrito Federal tem três dispositivos (computadores, *tablets* ou smartphones) para cada dois habitantes, segundo estimativas recentes.

Ou seja: a população está preparada para receber toda as informações e serviços via telefone. Bem-vindo a uma nova era.

Tudo começa com a internet das coisas. A evolução e a popularização da tecnologia estão fazendo com que os objetos troquem informações e ampliem o conhecimento geral a partir de suas ações primárias – por exemplo, um trator que, além de arar, analisa as condições do solo e a qualidade da colheita.

Ou, nas cidades, câmeras de vídeo que, além de filmar, analisam todos os dados recebidos, fazendo reconhecimento facial, de placas de veículos e controlando o fluxo do trânsito. É isto o que possibilita o surgimento de uma nova forma de gestão pública, mais organizada, melhor distribuída e muito mais eficiente.

Nas cidades inteligentes, ferramentas de tecnologia da informação e comunicação são cada vez mais usadas para auxiliar o planejamento urbano e integrar cidadãos nas questões decisivas. Os diversos fatores que influem na vida das cidades estão sendo integrados, com soluções mais eficazes em questões como melhoria urbana, habitação, economia, cultura e condições sociais e ambientais, que hoje obedecem a estratégicas políticas.

O DF Inteligente vai explorar sete pontos principais:

1.Saúde

O uso da tecnologia na área de saúde ajuda a acabar com as filas e resolver problemas de superlotação. A tecnologia será aplicada na marcação de consultas, gestão de lista de espera, dados sobre disponibilidade de remédios, acesso ao

histórico e prontuários e acompanhamento remoto de pacientes constantes por meio de teleassistência e alarmes técnicos.

Em Curitiba (PR), por exemplo, hospitais da Rede de Atenção Básica à Saúde já realizam laudos de eletrocardiogramas à distância ou fazem uso do Telessaúde, plataforma digital que permite que médicos de diferentes unidades de saúde troquem informações. A Prefeitura de Campinas desenvolveu um aplicativo que informa sobre a disposição de remédios por centros de saúde. Em Vitória (ES) todas as consultas são marcadas por aplicativo de celular, evitando filas, e depois do atendimento o paciente é convidado a dar uma nota para aferir o tratamento.

2. Segurança

Algumas ações são simples e eficazes, como conselhos de segurança ou associações de bairro, que criam grupos de mensagens que informam atitudes suspeitas ou emitem alertas. Há, ainda, o botão do pânico, as patrulhas que fazem parte do sistema de proteção à mulher, que são acionadas mediante ameaças de agressão.

São comuns em outras cidades redes de câmeras interligadas a uma central que analise as placas de todos os veículos que trafegam nas entradas e saídas da cidade. As mesmas câmeras são usadas para controlar o fluxo do trânsito, combater a criminalidade, orientar as pessoas no trânsito e facilitar o tráfego de ambulâncias, veículos de bombeiros, dentro outros usos essenciais.

3. Mobilidade

Serão equacionados os sistemas de transporte local, infraestrutura de tecnologia de informação e sustentabilidade do sistema de transportes. Gerir o transporte e a mobilidade urbana é, hoje, um dos principais desafios nas cidades. Ampliar o transporte coletivo, reduzir o individual e integrar os modos de transporte são necessidades a serem atendidas por soluções inteligentes.

Algumas cidades já implementam iniciativas focadas no controle da mobilidade, com o controle do fluxo dos ônibus por computador. Uma das soluções é a integração dos diversos modelos de transporte, como já acontece em Toronto e Bogotá.

4. Educação

É possível integrar conteúdos digitais e ferramentas para facilitar o compartilhamento entre os diversos atores da educação (pais, alunos e professores) e possibilitar que matrícula e acompanhamento dos pais sejam realizados por meio de plataformas digitais.

Já estão disponíveis em escolas municipais espalhadas pelo País conteúdos digitais e online através de nuvem, além de dispositivos e conexão wi-fi para alunos e professores e comunicação virtual entre a escola e os pais. Outro exemplo de tecnologia aplicada à gestão escolar é o Boletim Escolar Online em que os pais podem acompanhar a frequência dos alunos e notas. O uso desta tecnologia vai permitir aos pais, por exemplo, o controle da presença dos filhos em sala de aula, imagens da

entrada e saída das escolas, da merenda servida, além de conteúdo pedagógico e outros itens essenciais.

5. Meio-ambiente

Além de inteligentes, as cidades devem ser sustentáveis. Qualidade do ar, consciência ecológica e gestão de recursos serão melhor monitorados. As áreas em que mais surgem iniciativas inteligentes são as de gestão de resíduos, gestão da água e eficiência energética em edifícios públicos e privados.

Destacam-se também o sensoramento e sistema de pesagem dos caminhões de lixo, os sensores que detectam o nível de utilização de contêineres de resíduos seletivos e sensores a bordo de veículos para a medição de fatores ambientais.

6. Economia e governo

Valorização do espírito inovador, empreendedorismo, imagem da cidade, produtividade, mercado de trabalho e integração internacional, além de uma administração pública com consciência política, serviços públicos e sociais, administração eficiente e transparente.

A economia será atrelada ao e-business e ao e-commerce, assim como às novas e inteligentes formas de desenvolvimento e entrega de serviço. Será possível ter serviços de apoio a empreendedores e empresas locais para aproveitarem as possibilidades de vendas pela rede, com aplicativos que permitam fazer ofertas comerciais personalizadas, gestão sistematizada de sugestões, queixas e reclamações, entre outras iniciativas.

Com tudo isso, a questão principal será o foco no cidadão. O DF Inteligente vai facilitar a vida das pessoas em sua relação com os serviços públicos; tudo será disponibilizado de maneira mais rápida e eficiente.

É a valorização da qualidade de vida, com um melhor controle nas instalações culturais e de lazer, condições de saúde, segurança individual, habitação, instalações educativas, atratividade turística e inteiração social.

7. Programa de Integridade pública

No cenário mundial e nacional, surge como fator impositivo pela sociedade contemporânea, a implantação de programas de Integridade Pública capazes de prevenir e combater todas as formas de corrupção na administração pública. Objetivam unir o público e o privado em um ambiente ético e jurídico que permita ao Estado cumprir sua função de bem atender aos anseios da população, aplicando os recursos públicos de acordo com as exigências da legislação.

No nosso Governo, o Programa de Integridade Pública, longe de representar entraves burocráticos, será política prioritária e transversal de modo a permitir total transparência dos do governo perante a sociedade.

8. A construção da inteligência

Quatro fases de implantação marcam a mudança para a criação do projeto DF Inteligente.

- 1. Aplicação das soluções tecnológicas aos serviços urbanos.
- 2. Desenvolvimento de uma plataforma inteligente de integração entre os programas e ações.
- 3. Interconexão entre os serviços já digitalizados, com uso da informação compartilhada entre cidadãos, administradores e outros agentes.
- 4. Uso das informações de forma a facilitar a gestão e o atendimento à população. É o estágio final, que dependerá de uma tecnologia avançada em escala em toda a cidade.

Cidadãos, terceiro setor, governos, universidades, empresas privadas, prestadoras de serviço, desenvolvedores de serviços deverão estar conectados entre si e também com objetos, que deverão estar conectados com outros objetos (Internet das Coisas).

Outro desafio é a adaptação das leis para atender às novas necessidades. Mudanças recentes nas leis federais já começam a impactar positivamente, caso da Lei Complementar 131/2009, que muda a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que sejam disponibilizadas, em tempo real, informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados e dos Municípios.

Também é importante desenvolver uma plataforma comum a todos os envolvidos na transformação das cidades. Vamos seguir os exemplos de Curitiba (PR) e Campinas (SP), que já trabalham num projeto de plataforma tecnológica para integrar administração, informações aos cidadãos e diálogo com empreendedores.

9. Modelos de financiamento

Agências multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento da América Latina, oferecem linhas de financiamento voltadas para a inovação tecnológica, garantindo a criação do DF Inteligente.

O setor privado entra como mais um ator para viabilizar iniciativas que exijam aporte financeiro, daí a importância da participação de empresas. Já as Parcerias Público-Privadas, as PPPs, são voltadas para contratos de alto montante, acima de R\$ 20 milhões, com duração de cinco a 35 anos. Algumas parcerias desse tipo já vêm sendo utilizadas para possibilitar soluções inteligentes, como os projetos de iluminação pública de São Paulo e Vitória.

10. Plano de Estado

Uma das causas mais evidentes do estado de abandono em que encontra Brasília é a falta de continuidade de obras públicas. Para exemplificar, citamos os casos do desabastecimento de água e da mobilidade. Não teríamos, possivelmente, um trânsito tão caótico e passado por um período tão longo de racionamento de água se as obras da EPTG e de Corumbá IV não tivessem sido paralisadas. Assim é que, em nosso Governo, vamos planejar e iniciar ações em todas as áreas que ultrapassarão o período de um governo.

Mais: vamos dar continuidade a todos os bons projetos já iniciados, independentemente de sua origem. Para tanto, vamos criar e incentivar planos diretores em todas as áreas, que serão transformados em leis. O objetivo é assegurar a continuidade e conclusão de todas as obras que visem melhorar a vida das pessoas, dentro de uma visão de Plano de Estado.

Isto se chama governar com responsabilidade.

I - SISTEMA CIDADÃO

POR UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA

O cidadão é o elemento nuclear do Estado. É o fim em torno do qual se organiza a vida em sociedade e que atribui ao Estado a missão de prover serviços e infraestrutura. O cidadão almeja qualidade de vida para a atual e futuras gerações.

As políticas públicas e sua execução determinarão a qualidade e o nível de renda, de saúde, de segurança, de educação, de urbanidade que a população terá à sua disposição.

No primeiro emprego e na primeira empresa a sociedade encontrará os alicerces do crescimento econômico com qualidade de vida. Desse crescimento econômico surgirá a capacidade de financiamento de toda as ações a cargo do Distrito Federal (saúde, educação, segurança, transporte público etc) e das escolhas do cidadão e das empresas.

São eixos norteadores do Sistema Cidadão o aumento da renda, a geração de empregos, a distribuição de renda, a qualidade de vida para todos.

Nessa visão, o Sistema Cidadão atuará de forma integrada com os demais sistemas (Governo, Empresas, Cidades e Ciência e Tecnologia) e respectivos subsistemas, planejando e integrando ações de curto, médio e longo prazo.

1.1 SUBSISTEMA EDUCAÇÃO

BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Um gestor público consciente das suas responsabilidades deve ter a educação como base fundamental para desenvolvimento sustentável da sociedade. Através da educação de qualidade é possível formar profissionais em todas as áreas para garantir o crescimento econômico, a inclusão social, a diminuição das desigualdades, a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

Tem-se por objetivo transformar o Distrito Federal em um modelo de gestão educacional moderna, ágil, que resolva as demandas pedagógicas e administrativas e priorize a qualidade do atendimento aos estudantes, educadores e gestores da educação.

Para atingir tal objetivo, será necessário integrar as unidades educacionais na mesma plataforma tecnológica, facilitando o acesso a dados, informações e conhecimentos que: a) apoiem as tomadas de decisões; b) assegurem comunicação e integração com a comunidade; e c) subsidie indicadores de educação e índices, tais como Provinha Brasil, Ideb, Saeb e Enade.

Desse modo, tem-se por metas prioritárias: a) integração efetiva e permanente entre escola e família; b) implementação de sistema de metas para controles e valorização dos profissionais da educação; c) correta alocação de estudantes e professores conforme demanda por localidades e condições sociais; d) melhorar a qualidade do gasto público na educação por meio do efetivo controle e transparência.

Valorização dos Profissionais da Educação

- Engajamento dos profissionais de educação nas ações de suas responsabilidades, proporcionando melhores condições de trabalho, ambiente digno e integrado ao conceito de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
- capacitação continuada e especializada para formação e atualização profissional dos servidores públicos que propiciem melhorias em sua produtividade, qualidade de vida, autoestima, inteligência emocional e outros fatores profissionais e humanos;
- assegurar que todo profissional da educação tenha um tablet para utilização no ambiente das escolas;
- assegurar que o profissional da educação tenha recursos necessários e o ambiente escolar integrado ao conceito de Cidades Inteligentes;
- remuneração justa e variável em função de metas estabelecidas em conjunto com a categoria; e

pagamento dos atrasados.

Sistema e Gestão Educacional

- Conservar, reformar e ampliar a rede de ensino público do Distrito Federal, de modo a assegurar a expansão de ofertas de vagas nas escolas existentes e melhorar a qualidade da educação;
- integrar a estrutura das creches e das escolas aos conceitos de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
- integrar ações de esporte, cultura e lazer nas instalações e nas agendas escolares;
- mudança do conceito de "escola integral" para "educação integral";
- integrar a família, principalmente os pais desempregados;
- educação integral para toda nova escola criada e implementação de cronograma para as já existentes;
- integração da infraestrutura da educação com as vilas olímpicas e espaços culturais;
- conectar cidadão e escola por meio da tecnologia, aplicativos, ambiente WIFI, possibilitando cadastro de informações, acesso e acompanhamento de desempenho escolar do aluno, de vagas e matrículas;
- implementar o teletrabalho-educação, possibilitando ao professor que parte de sua carga horária seja cumprida em casa, em consonância com o estabelecido pela Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017;
- modernizar o sistema de matrícula escolar para assegurar aos estudantes a matrícula automática desde a creche até o final do Ensino Médio; e
- garantir repasse financeiro às escolas suficiente para atender necessidades imediatas.

Educação Básica

A estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF) se avolumou e se distanciou do fazer pedagógico e da sua função perante a sociedade. Tal comportamento resultou na falta de manutenção e segurança nas escolas, tendo por consequência o desinteresse dos estudantes, ampliando a evasão escolar. Aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos estudantes que ingressam no ensino

fundamental não concluem o ensino médio. Sendo assim, faz-se necessário reordenar a estrutura da educação básica, considerando o estabelecido no Plano Distrital de Educação 2015 a 2024 (Lei 5.499, de 14 de julho de 2015).

- Ampliar a oferta de vagas em creches para atender os segmentos de baixa renda;
- combater a evasão escolar no ensino fundamental e médio;
- corrigir a distorção idade-série no ensino fundamental e médio, por meio de classes de aceleração da aprendizagem;
- expandir a educação em tempo integral para o Ensino Médio no DF, ampliando vivências e práticas esportivas e culturais, além de fomentar e integração dos familiares ao ambiente escolar;
- ampliar o número de vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- assegurar o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades, superdotação ou qualquer característica especial de aprendizagem.

Ensino Superior

- criar a Universidade Pública Distrital, a partir da ampliação da Escola Superior de Saúde, para aumento da oferta do número de profissionais de qualidade, em nível superior e técnico especializado, nas mais diversas áreas do conhecimento;
- implementar política de treinamento e de capacitação para o cidadão, em atividades de baixa, média e alta complexidade, inclusive por meio de graduações e pós-graduações Lato Sensu (MBA, especializações) e Stricto Sensu (mestrados profissionalizantes), preparando o ambiente para fornecer mão de obra qualificada a investimentos de alta tecnologia e de alto valor agregado.

Formação técnica e qualificação profissional

Formação Técnica de Servidores Públicos do DF

promover cursos de capacitação e atualização continuados a servidores públicos do DF e Região Metropolitana de Brasília em temas essenciais, tais como: compliance e integridade, governança, assuntos orçamentários, tecnologia, pesquisa, inovação, planejamento e gestão estratégica,

desenvolvimento econômico, inteligência emocional e gestão de conflitos, etc

- promover cursos de capacitação continuada para professores para tratar de temas contemporâneos e integradores "educação financeira e fiscal"; "direitos da criança e do adolescente"; "educação ambiental"; "educação para o trânsito"; "educação em direitos humanos"; "educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira" previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- oferecer cursos de atualização em desenvolvimento econômico aos servidores públicos, para fortalecer os processos de tomada de decisão e elaboração de políticas públicas.

Educação para o desenvolvimento

- implantar o Programa Escalada para erradicar o analfabetismo adulto, além de fomentar o aperfeiçoamento Educacional dos trabalhadores do DF, tendo como princípio básico oferecer aos empregados e prestadores de serviço das Empresas Estatais do Distrito Federal e ao público geral, a oportunidade de concluir etapas educacionais, desde a Alfabetização até o Ensino Médio;
- promover o aperfeiçoamento e a qualificação profissional de trabalhadores empregados e desempregados de setores da economia nas áreas de produção agropecuária, serviços, comércio e indústria com foco na responsabilidade socioambiental, considerando a produção limpa, ecoeficiente e a inclusão social.

Cursos de formação para grupos vulneráveis e minorias

- Minimizar desigualdades históricas e ampliar ações de formação e capacitação voltadas a grupos vulneráveis e minorias;
- investir em Centros de Educação Comunitária para o Trabalho voltados para a promoção e capacitação profissional prioritária de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, ampliando a oferta de Cursos Profissionalizantes para jovens e adultos na proximidade de suas residências;
- Implementar o Programa de Qualificação Profissional voltado a menores em regime de privação de liberdade para que tenham acesso a cursos profissionalizantes que lhes dê condições de empregabilidade no mercado de trabalho.

Capacitação para o primeiro emprego

- Identificação de vocações e perfis para treinamento e capacitação de jovens visando absorção no mercado em empresas atuais e futuras conforme plano de atração de investimentos a ser conduzido pela área de desenvolvimento econômico do Distrito Federal;
- Parcerias com entidades públicas e privadas e continuidade de programas já existentes para fortalecimento da ação.

Capacitação para a primeira empresa

- Disseminação de conhecimento e apoio para iniciativas empreendedoras como condição para o desenvolvimento rdo Distrito Federal e Regional;
- apoio e treinamento nos primeiros anos de existência da empresa nas áreas de gestão, inovação, competitividade;
- parcerias com entidades públicas e privadas e continuidade de programas já existentes para fortalecimento da ação.

Formação em idiomas

- > Fortalecer o ensino do idioma inglês e espanhol nas escolas públicas;
- ampliar as bases educacionais para ensino e aprendizagem de idiomas voltados para o mercado de trabalho;
- parcerias com entidades públicas, privadas e governos estrangeiros para continuidade de programas relacionados ao ensino de idiomas e divulgação da cultura dos países signatários de parcerias nesse sentido.

Área Rural

- Para as novas escolas rurais, educação em tempo integral para o nível médio, e, para as já existentes, migração para o novo regime conforme cronograma;
- cursos técnicos e profissionalizantes voltados para diversas áreas, incluindo técnico agrícola, gestão ambiental, pintura e acabamento civil, entre outros;

- criar a Escola de Música Rural, para o regate das tradições musicais das diversas comunidades, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) de Planaltina, Ceilândia, Gama;
- alfabetizar adultos da área rural, com uso de metodologia e conteúdo adaptados à realidade;
- instalar creches nas áreas rurais, a fim de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das crianças, já em regime de tempo integral.

1.2 SUBSISTEMA SAÚDE

A REVOLUÇÃO NECESSÁRIA

Modernização da Gestão da Saúde

Em pleno século XXI não é possível aceitar filas para marcar uma consulta ou um simples exame, nem aguardar sem perspectiva a marcação de uma cirurgia, por exemplo. Diante do exposto, é premente a implantação de um sistema informatizado de qualidade visando melhorar a gestão da saúde pública no gerenciamento das ações. Para tanto, é preciso também melhorar a gestão orçamentária, evitando desperdícios provocados por processos logísticos inadequados, descontroles de estoques e excessiva judicialização no Sistema de Saúde.

O atendimento de serviços públicos de saúde no Distrito Federal tem sido um grande desafio para os gestores públicos. O panorama do Distrito Federal no que diz respeito à atenção primária, é desolador. As equipes de estratégia de saúde às famílias são insuficientes para atender a demanda de acordo com dados do Ministério da Saúde. Além disso, há um imenso descaso com as equipes de saúde bucal no DF. Não há registros de equipes Tipo II. As equipes tipo I são formadas por dentistas e auxiliares, enquanto as equipes Tipo II são aquelas que compostas também por técnicos de saúde bucal.

A vigilância sanitária está diretamente ligada a atenção básica de saúde, pois corresponde a um dos maiores promotores de prevenção e promoção de saúde. Mas por sete anos tem sido negligenciada, resultando em números alarmantes em casos de dengue, *chikungunya* e *zika*, que têm assolado o DF e Região Metropolitana de Brasília.

Outro aspecto problemático no Distrito Federal é a judicialização da saúde para resolver questões referentes ao acesso a medicamentos e a leitos em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). É possível corrigir a carência de leitos de UTI, ao mesmo tempo em que se reduz a utilização de leitos da rede privada, que são onerosos em comparação aos leitos próprios.

Esses dados demonstram a dificuldade em se fazer cumprir alguns dos princípios fundamentais do SUS estabelecidos no Art. 7º da Lei 8.080 de 1990, especialmente a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e a organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade. A universalidade da atenção primária na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida da população ainda permanece como uma utopia no Distrito Federal.

Busca-se integrar a saúde primária à saúde ambulatorial de forma coordenada, considerando o estabelecido pelo Ministério da Saúde, na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), revisada em setembro de 2017 através da Portaria GM/MS nº 2.436 e em consonância com as Portarias nº 77, de fevereiro de 2017. Neste sentido, são propostas algumas ações estratégicas, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único do Saúde (SUS).

Valorização dos servidores da rede de saúde do DF

- Engajamento dos profissionais de saúde nas ações de suas responsabilidades, proporcionando melhores condições de trabalho, ambiente digno e integrado ao conceito de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
- capacitação continuada e especializada para formação e atualização profissional dos servidores públicos da saúde, que propiciem melhorias em sua produtividade, qualidade de vida, autoestima, inteligência emocional e outros fatores profissionais e humanos;
- assegurar que o profissional da saúde tenha recursos necessários e o ambiente de saúde integrado ao conceito de Cidades Inteligentes, facilitando o desempenho de suas atividades;
- remuneração justa e variável em função de metas estabelecidas em conjunto com a categoria; e
- pagamento dos atrasados, diminuindo a necessidade de judicialização.

Gestão Integrada e Moderna na Saúde

- Adotar uma gestão inteligente, colegiada e compartilhada, através da implantação do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde, com base nas tecnologias da informação, para coordenar ações importantes e determinantes em saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões estratégicas;
- facilitar o acesso do usuário à atenção primária de saúde (porta de entrada), eliminando filas de atendimento através do agendamento de consultas via telefone, internet ou aplicativos disponibilizados para celular;
- vincular o indivíduo à unidade de saúde de seu domicílio, por meio de cadastro dos habitantes da área e criação de cartões de saúde diferenciados, determinando a qual unidade o cidadão pertence, garantindo efetividade na rede de desde a atenção primária até serviços de alta complexidade, evitando que o paciente tenha fluxo de atendimento perdido e que a rede hospitalar seja sobrecarregada com fluxos descontrolados de pacientes;
- introduzir metodologias e soluções tecnológicas que apoiem o controle e a cobertura vacinal, aptos a suportar as campanhas de vacinação em épocas de crises epidêmicas e vacinações tradicionais;

- planejar a despesas pública na área da saúde para aumentar a qualidade do gasto público e o retorno desses serviços à sociedade, reduzindo ao máximo as compras emergenciais e alimentando os portais de transparência com informações compreensíveis por toda a população do DF;
- implementar o controle eletrônico dos estoques e sua distribuição, evitando desperdícios;
- criar canal de comunicação direto com as entidades representativas dos profissionais e empresas da saúde;
- adotar uma gestão inteligente, colegiada e compartilhada, através da implantação do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde -SUS, com base nas tecnologias da informação, para coordenar ações importantes e determinantes em saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões estratégicas;
- integrar informações via sistema moderno, com o aperfeiçoamento dos já existentes, permitindo o agendamento de consultas e exames na Unidade Básica de Saúde (UBS), de modo que as informações sobre as condições de saúde sejam compartilhadas entre os profissionais, garantindo atendimento de qualidade, de forma ágil;
- aprimorar o sistema de informatização da Rede de Saúde do DF, integrando o faturamento da SES-DF com o proveniente do MS, que resultará em maior transparência sobre os gastos públicos na área de saúde no DF;
- aumentar a produtividade das equipes de profissionais de saúde a partir da organização dos processos informatizados, trazendo tecnologia para as equipes que atuam em campo, gerando assim informações confiáveis de forma ágil para apoio ao processo de tomada de decisão;
- introduzir metodologias e soluções tecnológicas que apoiem o controle e a cobertura vacinal, que suportem as campanhas de vacinação em épocas de crises epidêmicas e vacinações tradicionais;
- reduzir custos com o controle e monitoramento dos processos de forma integrada que regulem as ofertas de consultas, internamentos e atendimentos de urgência e emergências;
- descentralizar a gestão e recursos financeiros a cada regional de saúde;
- implementar o controle eletrônico dos estoques e sua distribuição, evitando desperdícios.

Brasília Capital da Saúde

Pela sua importância como capital do País e, especialmente, pela sua localização geográfica estratégica, Brasília há muito tem sido destino de brasileiros do Norte, Nordeste e Centro-oeste que buscam aqui melhores condições para o tratamento de saúde. Isso provoca uma sobrecarga tanto na rede de saúde pública quanto privadas, que não está capacitada para atender essa demanda enorme e crescente, considerando tanto a estrutura física, quanto os recursos tecnológicos disponíveis.

Dessa forma, pretende-se não somente pensar em melhorias na rede pública, mas também criar mecanismos para motivar grandes empresas e redes hospitalares a se instalarem no Distrito Federal, considerando algumas vantagens competitivas, tais como: malha aérea e rodoviária, setor de hotelaria estruturados, localização geográfica no centro da América Latina.

- Criar programas específicos de desenvolvimento econômico que incentivem a atração de investimentos nacionais e internacionais, na área de saúde, capazes de atender a demanda reprimida e futura da população do Distrito Federal e adjacências;
- garantir condições de fomento, creditícias, fiscais, instalação de infraestrutura adequada de água, esgoto, energia, comunicação e transporte para a implantação de novos empreendimentos na área de saúde;
- prever e implementar política de capacitação de mão de obra para ocupação dos postos de trabalho a serem criados pela expansão dos atuais e atração dos novos investimentos na área da saúde;
- oferecer nas Unidades Básicas de Atendimento UBS infraestrutura adequada com equipamentos (desfibrilador, ultrassom obstétrico e eletrocardiógrafo) e pessoal;
- fazer parcerias com o setor privado para preenchimento das vagas ociosas, inclusive em horários diferenciados, para atendimento a curto prazo da demanda reprimida por atendimentos.

Atenção Primária em Saúde

ampliar a cobertura da estratégia de saúde da família em todo o Distrito Federal, oferecendo infraestrutura adequada com a ampliação tanto de Unidades Básicas de Saúde (UBS) quanto de equipes de estratégia de saúde da família (ESF), em consonância com a Portaria Nº 648, de 28 de março de 2006;

- corrigir o déficit no número de Núcleos de apoio à Atenção Básica (NASFs) garantindo a proporção de 1 equipe NASF Tipo I a cada 5 equipes ESF, conforme cronograma;
- ampliar o horário de atendimento de unidades básicas que contenham duas ou mais equipes para um plantão diário de 12 horas, das 08 às 20 horas para desafogar os serviços e urgência e emergência, que atinge o horário de pico das 17 às 20 horas;
- promover concursos públicos para garantir a composição de equipes multidisciplinares nas Unidades Básicas de Saúde;
- ampliar gradativamente o número de agentes comunitários de saúde (ACSs), que atualmente é de 927, correspondendo a apenas 14% do teto máximo, que é de 6.621 ACSs;
- ampliar em 30% o número de equipes de saúde bucal Tipo I e estruturar equipes Tipo II.
- criar mecanismos de incentivo para cursos de residência em saúde da família, melhorando a qualidade dos atendimentos neste nível e consequentemente diminuir a procura por atendimentos na Atenção Secundária e Terciária;
- implantar o Programa Escola Saudável envolvendo uma equipe multiprofissional, que ofereça ações educativas de ergonomia em sala de aula, nutrição, sexualidade e cidadania, além de ações preventivas nas áreas de odontologia, oftalmologia, fonoaudiologia e otorrinolaringologia.

Vigilância Epidemiológica

- Manter frota de veículos, inclusive equipamentos, necessários e suficientes para as campanhas e ações nas áreas da saúde, em especial os denominados "fumacês";
- definir a política de vigilância epidemiológica contemplando ações e metas para curto, médio e longo prazos;
- fortalecer a mão de obra de combate às endemias, proporcionando melhores salários, sistema de gratificações com base em metas e controles, treinamentos e capacitações continuadas, inclusive que repercutam na qualidade de vida pessoal do servidor;
- incentivar o sistema de parcerias com órgãos e entidades internacionais, do Governo Federal, dos Estados de Minas Gerais e Goiás, dos Municípios da RIDE.

Atendimento Ambulatorial e Rede de Laboratórios

O atendimento ambulatorial e a realização de exames dar-se-á em estrutura dos antigos postos de saúde e naquelas que venham a ser criadas nas próprias regiões administrativas, conforme levantamento epidemiológico, geográfico e patrimonial, objetivando desafogar os ambulatórios hospitalares.

Ações:

- Criar Policlínicas Especialidades formadas por equipe multidisciplinar para prover atendimento especializado, bem como possibilitar o acesso aos tratamentos de reabilitação com profissionais da fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia;
- estruturar laboratórios de análises clínicas para a realização de exames complementares básicos essenciais, agilizando o atendimento primário em todas as Regiões Administrativas;
- dar celeridade aos processos de planejamento estratégico da saúde, aquisição e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, adotando ações contínuas em prol da gestão de avaliação e manutenção de equipamentos;
- criar o Centro de Saúde Pediátrico, formado por profissionais da saúde especialistas em pediatria, médicos ultrassonografistas e técnicos em radiologia com capacitação nos exames específicos para a faixa etária, além de salas para coleta de exames e equipamento necessário;
- criar o Centro de Saúde Cardiológica, composto por profissionais da saúde especialistas em cardiologia, e infraestrutura adequada com equipamentos modernos: aparelhos de ultrassom, ecocardiograma, ecografia, hotler, MAPA, teste ergométrico, raio-x;
- criar o Centro Radiológico contendo todos os equipamentos da área de radiologia, além da central de laudos, unificando todos os profissionais para dar maior celeridade ao sistema.

Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)

As UPAs constituem um grande gargalo no Sistema de Saúde do Distrito Federal. Além de bastante onerosas têm baixa resolutibilidade, já que grande parte dos pacientes acaba sendo transferido para algum hospital. As UPAs no DF são deficitárias do ponto de vista orçamentário, pois seu financiamento depende de complementação do governo local em face da insuficiência dos repasses da União para esse fim. Além disso, há um grande fluxo de pacientes de fora do DF. Assim, têm-se como propostas de ação:

- associar as UPAS às Policlínicas Especialidades para que em casos simples, os pacientes sejam encaminhados para acompanhamento de um especialista, respeitando a rede de referência e contra referência;
- parcerias com a iniciativa privada para atender a demanda reprimida em horários diferenciados (noite).

Atenção Hospitalar

Trata-se de um ponto nevrálgico do serviço de saúde pública do Distrito Federal. A gestão hospitalar é precária, resultando em diversos contratos emergenciais onerosos. Dessa forma, é fundamental acabar de uma vez por todas com os contratos emergenciais, associado ao planejamento estratégico de procedimentos da rede hospitalar. Melhorias também devem ser feitas na gestão de equipamentos hospitalares (aquisição e manutenção) e de medicamentos, contemplando todo espectro de patologias e reduzindo a judicialização da saúde.

O atendimento espontâneo e eficaz das demandas pelo Poder Executivo Distrital repercutirá na redução da judicialização (quando o cidadão busca o judiciário para que seja determinado ao Poder Executivo o atendimento do paciente), permitindo, inclusive, adequados planejamento e gestão da saúde.

Ações:

- ampliar a rede de atenção terciária, que contará com equipes de cirurgia geral, neurocirurgia, cirurgia cardiovascular, ortopedia, bucomaxilo, entre outros, além de dispor de leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para a estabilização desses pacientes;
- ampliar o número de leitos de UTI na rede de saúde do Distrito Federal;
- ampliar o Programa Internação Domiciliar do Distrito Federal (PID-DF), através do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Assistência Domiciliar -NRAD, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 825 do Ministério da Saúde, de 25 de abril de 2016;
- criar Centros de Referência e Excelência em Dependência Química para encaminhar pessoas com histórico de abuso de drogas e que possuam indicação para realizar o tratamento em regime de internação;
- ampliar os serviços oferecidos pelo Hospital Público Veterinário do GDF, incluindo primordialmente o serviço de castração do animal.

Alta Complexidade

O desmantelamento deliberado de setores estratégicos causa grande prejuízo assistencial à população. A pretexto de melhorar os cuidados com pacientes de cirurgia cardíaca por exemplo, houve desestruturação do outrora respeitado serviço no HBDF em favor do ICDF. Também não houve investimento necessário para os cuidados oncológicos no DF nos últimos anos.

- Oncologia: Consolidar a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNCC) no Distrito Federal, através da reestruturação da linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando prevenção, o diagnóstico precoce e tratamento adequado;
- cirurgia cardíaca e hemodinâmica: fortalecimento da rede própria;
- transplantes: fomentar equipes de transplantes diversos;
- traumato-ortopedia: reestruturar linha de cuidados, no sentido de evitar longos períodos de internação aguardando cirurgia com otimização do uso de OPME;
- terapia dialítica: favorecer rede própria.

1.3 SUBSISTEMA SEGURANÇA PÚBLICA

ATACAR AS CAUSAS E GARANTIR PAZ SOCIAL

Devolver à sociedade segurança para usufruir de espaços públicos e reduzir de forma expressiva os prejuízos causados pela criminalidade é um compromisso que será atingido com a adoção de ações integradas entre os diversos órgãos de segurança pública e pela modernização das plataformas tecnológicas, a partir da noção de cidade inteligente, humanizada e sustentável, além de consolidar de políticas públicas preventivas e repressivas.

Há necessidade de se atualizar periodicamente o planejamento estratégico de longo prazo, o Plano de Segurança Pública do Distrito Federal. Alguns graves problemas que o DF enfrenta atualmente, tal como várias outras cidades, são: a) o crescente avanço do uso de entorpecentes, em especial o crack, desencadeador de diversos delitos, contra a vida e contra o patrimônio; b) roubo e latrocínio e; c) acidentes de trânsito. Neste sentido, são apresentadas algumas propostas no sentido de reduzir de forma expressiva os prejuízos causados pela criminalidade,

Valorização dos servidores

- Estruturar e implementar planos de carreira para os servidores públicos da área de segurança pública (policiais civis, militares e agentes penitenciários);
- promover cursos de capacitação continuada com uma base curricular única a todos os servidores da área de segurança pública e posterior especialização face às peculiaridades inerentes a cada órgão, proporcionando melhorias no ambiente de trabalho, integrado ao conceito de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
- selecionar e capacitar servidores para atuar na recepção e acolhimento de cidadãos pertencentes a grupos vulneráveis, vítimas de qualquer tipo de violência, objetivando o pleno e rápido atendimento ao cidadão;
- aumentar o efetivo de agentes de segurança pública na atividade fim e reduzir a quantidade de efetivos empregados na atividade meio através da modernização da gestão e da participação dos policias militares da reserva na atividade meio.

Infraestrutura para ações integradas

- Criar o Programa Cidade Segura, como um modelo de segurança pública capaz de prevenir crimes e de melhorar o tempo de resposta das polícias mediante investimento maciço na modernização dos recursos tecnológicos; integração das atividades dos diversos órgãos de segurança pública e; valorização e capacitação dos servidores da área de segurança pública;
- reestruturar e modernizar a Secretaria de Segurança Pública, adotando métodos e estudos estatísticos com modelos de predição considerando séries históricas de ocorrências e proporcionar formas de atuação eficazes que contribuam massivamente com a redução da taxa de criminalidade;
- melhorar a estrutura dos órgãos de Segurança Pública, com a reforma de quartéis e delegacias de política, bem como a aquisição de viaturas e equipamentos de proteção individual (EPI) adequados às necessidades dos profissionais de segurança pública;
- reestruturar e reequipar delegacias que estão fechadas para que voltem a funcionar regularmente, garantindo atendimento 24 horas à população urbana e rural do DF;
- criar em todas as delegacias, núcleos especializados para o atendimento de grupos vulneráveis e minorias, vítimas de violência, com ênfase especial para o atendimento à mulher;
- criar vagas no sistema prisional com a ampliação de presídios, utilizando verba do fundo penitenciário;
- dinamizar a atuação da Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP) na prestação de serviços à comunidade, tais como a recuperação de parques, praças e jardins e a limpeza de áreas públicas, entre outros serviços prestados por empresas públicas e pela administração do DF;
- criar Centros Comunitários de Convivência para o desenvolvimento de ações sociais de prevenção da violência, incluindo a promoção da cultura, práticas esportivas e atividades profissionalizantes, com a participação dos órgãos de Segurança Pública, demais secretarias de Estado e sociedade;
- fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança visando a efetiva participação da sociedade civil e melhorias na qualidade do atendimento a demandas específicas de cada Região Administrativa.

Planejamento e modernização de sistemas

- Revisar o Plano Estratégico da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal referente ao quadriênio 2016-2019 e elaborar o plano para o quadriênio 2020-2023;
- unificar os sistemas de atuação reservada e confidencial entre os órgãos de segurança pública, conforme os níveis de inteligência, subsidiando os processos de tomada de decisões governamentais;
- aperfeiçoar o Sistema Urbano de Monitoramento da Secretaria de Segurança Pública para as áreas rurais, através de câmeras instaladas em pontos estratégicos nas estradas rurais e entradas das propriedades (em parceria com a comunidade rural) que será interligado ao sistema da Secretaria e aos Batalhões Ambiental e Rural;
- constituir um sistema de segurança integrado às vias, rodoviárias e aeroporto, com a finalidade de identificar fugitivos condenados através de reconhecimento facial:
- promover o monitoramento informatizado, oportunizando a coleta de informações em tempo real nas vias públicas, por meio de sensores e câmeras para melhorar a fluidez no tráfego;
- aprimorar e reduzir o tempo de atendimento aos órgãos que compõem as forças de segurança, trazendo o conceito de Golden minute, (ou minuto de ouro,) metodologia esta que traz processos de gestão inteligentes dos recursos de segurança;
- implantar um Canal Único de Atendimento ao Cidadão, denominado BOTÃO DO PÂNICO, que integre os órgãos de segurança pública, em chamadas de urgência e emergência (SAMU, dos Bombeiros, Detran e das Polícias Civil e Militar), por meio de telefone, aplicativo de celular e plataforma na internet;
- estrutura o subsistema de segurança pública para dar vazão à demanda originada pelo BOTÃO DO PÂNICO, transmitindo à população a certeza do ambiente seguro;
- aumentar o número de cotas do Serviço Voluntário Gratificado: SVG (PMDF)
 e GSV (CBMDF).

1.3. SUSBISTEMA EMPREGO

NOVOS POSTOS DE TRABALHO E ATENÇÃO PRIORITÁRIA AOS JOVENS

Nos últimos anos o Distrito Federal tem enfrentado uma grave crise econômica, resultando na manutenção de um nível altíssimo de desemprego que atinge quase 20% da População Economicamente Ativa do DF. Este é um problema prioritário para este governo. Neste subsistema são propostas ações para viabilizar a inclusão social da população através da geração de novos postos de trabalho, especialmente para os jovens que buscam o primeiro emprego. Do total de desempregados, cerca de 40% são jovens.

Entretanto, abrir novos postos de trabalho é uma tarefa complexa que envolve múltiplos fatores no sentido de tornar o Distrito Federal em ambiente favorável a investimentos. Tais questões serão tratadas no Sistema Economia.

- Incentivar o primeiro emprego, oferecendo capacitação específica conforme plano de geração de postos de trabalho em decorrência da ampliação dos empreendimentos existentes e atração de novos investimentos;
- priorizar o jovem e a mulher nas políticas de primeiro emprego, eis que são eles a maior parcela dos desempregados;
- fortalecer o programa Jovem Aprendiz, com base na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000;
- viabilizar a formalização de empreendimentos que atuam de modo informal no Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília, incentivando a contratação para o primeiro emprego;
- intensificação da emissão de Carteiras de Artesanato do PAB Programa do Artesanato Brasileiro para artesãos do DF;
- desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva para deficientes, idosos, mães de baixa renda e jovens em situação de vulnerabilidade;
- desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva e social para profissionais do esporte e da cultura.

1.4. SUBSISTEMA MORADIA

UM DIREITO DA CIDADANIA

Mais do que qualquer outra unidade federativa, o DF possui a vantagem de ter a propriedade das terras. Essa situação, aliada aos planos habitacionais federais, faz com que se tenha um ambiente propício para o estabelecimento de uma política setorial que resolva parte significativa da demanda e encaminhe a solução definitiva deste problema. O déficit habitacional hoje existente no Distrito Federal está entre 120 e 140 mil unidades. Tais necessidades são assim divididas:

Faixa 1 – Famílias com renda bruta mensal de no máximo R\$ 1.800,00. Para este grupo as mensalidades podem ser parceladas em 120 vezes e as prestações são definidas entre no mínimo R\$ 80,00 e no máximo R\$ 270,00;

Faixa 1,5 – Essa faixa foi recentemente criada e agrupa famílias com renda bruta de até R\$ 2.600,00 mensais. Nesse perfil as taxas de juros são de 5% ao ano. O prazo para pagamento pode chegar a até 30 anos e o valor do subsídio é de até R\$ 47.500,00;

Faixa 2 – Esta faixa reúne as famílias com renda mensal máxima de até R\$ 4.000,00. O valor do subsídio é de no máximo R\$ 29.000,00;

Faixa 3 – Compreende as famílias com renda mensal bruta de no máximo R\$ 7.000,00. As taxas de juros são diferenciadas.

As faixas 1 e 1,5 representam 80% da demanda e os 20% restantes englobam as faixas 2 e 3. Importante frisar que esse número considera tanto famílias morando em condições inadequadas (barracos), quanto famílias que ainda não conseguiram comprar sua casa própria, morando de aluguel.

Dessa forma, são propostas as seguintes ações estruturantes:

- priorizar a construção e entrega de unidades residenciais destinadas às faixas 1, 1,5 e 2, iniciando-se com os projetos: Itapoã Park, Parque das Bênçãos (Recanto das Emas); Crichás (São Sebastião), QNR (Ceilândia), Quadras 100 (Samambaia), Centro Urbano (Recanto das Emas), Nova Colina (Sobradinho);
- reestruturar os processos de licitação e venda direta de imóveis junto à TERRACAP e ao BRB, de modo a torná-los mais rápidos e competitivos no mercado regional;
- criar linhas de crédito específicas e diferenciadas para viabilizar o financiamento de propriedades regularizadas;
- prioridade para que as concessionárias de serviços públicos forneçam rapidamente energia, água, saneamento, pavimentação de ruas e transporte às novas áreas habitacionais;

onstruir moradias para atender a demanda de agricultores familiares que tenham uma renda bruta mensal de até 1 salário mínimo.

1.5. SUBSISTEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSISTÊNCIA COMO PROMOÇÃO DA VIDA

Neste subsistema são propostas ações para fortalecer políticas públicas em prol da geração de cidadania pela inclusão social, econômica e cultural de grupos socialmente vulneráveis. Parte-se do pressuposto que o sucesso da implementação das políticas depende do constante diálogo entre governo e sociedade, de modo que a criação e manutenção de espaços de participação é uma questão basal para garantir a assistência a grupos vulneráveis, bem como assegurar o respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

Infraestrutura

- expandir a presença dos serviços assistenciais em todas as Regiões Administrativas, ampliando a rede de CRAS, CREAS, COSES, CENTRO DIA, inclusive nas zonas rurais;
- implantar Casas de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens como medida protetora de abrigo a vítimas e violência;
- criar a Casa da Juventude com o objetivo de acolher e orientar meninos e meninas sobre seus direitos e deveres e evitar que se envolvam com atividades ilícitas, buscando a superação do medo, do abandono e da falta de esperança que permeiam a juventude;
- estabelecer o Programa Distrital "Superação" de Responsabilidade Social e Ambiental, tendo por objetivo incentivar a execução de projetos na comunidade do Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília que contribuam para a redução das desigualdades sociais, a proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida com inclusão social, de forma sustentável e economicamente viável.

Planejamento e Recursos

- Aprimorar a gestão da Política de Assistência Social (SUAS), incluindo a revitalização dos Centros de Referências (CRAS) e a capacitação dos técnicos para garantir uma gestão eficiente e sustentável;
- criar o Sistema de Integração de Programas Sociais (SIPS), utilizando tecnologia da informação para disponibilizar dados que auxiliarão no combate à violência devido à necessidade de um atendimento

interdisciplinar e sistêmico, associado à implementação de um cartão único de identificação, o Cartão Solidário para os beneficiários de programas sociais do Distrito Federal, com a finalidade de evitar duplicidade de benefícios:

- modernizar os sistemas de informação existentes e desenvolver sistemas específicos de consolidação dos bancos de dados públicos para orientar o planejamento, as ações e controlar os avanços na área social;
- garantir o desenvolvimento de ações de responsabilidade social e ambiental, congregando instituições financeiras e não financeiras do Conglomerado BRB, com ações de natureza ambiental, assistencial, cultural, educacional, esportiva e filantrópica;
- estabelecer programa de Responsabilidade Social e Ambiental "do governo", tendo por objetivo incentivar a execução de projetos na comunidade do Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília que contribuam para a redução das desigualdades sociais, a proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida com inclusão social, de forma sustentável e economicamente viável.

Crianças, Adolescentes e Jovens

- Restabelecer o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para coibir o trabalho infantil, promovendo a revisão dos valores repassados às famílias;
- disseminar regularmente campanhas contra atos de negligência e abandono de incapaz, além de ampliar o conhecimento da sociedade sobre as consequências do abuso sexual e da violência psicológica ou física;
- ampliar a rede de proteção para crianças, adolescentes e jovens que sofrem de abandono, violência ou exploração;
- assegurar às crianças, adolescentes e jovens, o acesso ao esporte, ao lazer e à cultura, ampliando a oferta de espaços públicos para essas finalidades;
- fortalecer políticas públicas de cultura voltadas para o público infanto-juvenil nas áreas urbana e rural, que valorizem expressões da diversidade cultural, religiosa e de etnias, promovendo o respeito e a tolerância às diversas visões de mundo.

Pessoas Idosas

- Fomentar o "Programa Vaidoso: envelhecer com qualidade", que tem como objetivo, a melhoria da qualidade de vida dos idosos, além de sensibilizar a sociedade para um novo olhar sobre os processos de amadurecimento. Para tanto serão realizados eventos sociais e esportivos, além de oferecer oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e em atividades voluntárias:
- dar efetivo cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), promovendo as fiscalizações e divulgações necessárias sobre sua importância, no que diz respeito à garantia de direitos ao trabalho, atividades de cultura e lazer, educação e transporte.

Pessoas em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social

- Ampliar e regionalizar os Centros Especializados de Atenção à população em Situação de Rua, oferecendo nutrição adequada para a sua segurança alimentar e qualificação profissional, viabilizando sua reinserção no mercado de trabalho;
- ampliar o serviço especializado em abordagem social, com funcionamento 24 horas;
- reativar e desenvolver programas voltados a grupos considerados vulneráveis (Picasso não Pichava; Esporte à Meia-Noite; Mutirões para Cidadania; Bombeiro Mirim).

Pessoas com Deficiência

A efetividade de políticas públicas que cuidem dos Portadores de Necessidades Especiais a é medida que se impõe priorizar.

- inserir os Portadores de Necessidades Especiais no mercado de trabalho;
- garantir o provimento, conforme cadastro e cronograma, dos equipamentos públicos e privados necessários a sua locomoção e comunicação;
- criar programas de capacitação para os Portadores de Necessidades Especiais voltados para sua condição específica e visando a inclusão social e econômica;

- garantir atenção especial dos direitos assistenciais aos portadores de deficiência, em respeito à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015);
- ofertar de cursos de capacitação profissional em Libras e em Braile para facilitar a inclusão de portadores de deficiência em empresas;
- nas apresentações do Governo do Distrito Federal, sites e veiculações, utilizar-se-á do apoio de tradutores especializados para efetiva comunicação com os cidadãos portadores de necessidades especiais;
- Fiscalizar o cumprimento da lei de cotas a deficientes nas empresas (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).

1.6 SUBSISTEMA DIREITOS HUMANOS

DIREITO À FELICIDADE E COMBATE À INTOLERÂNCIA

A defesa dos direitos de segmentos minoritários da sociedade é algo que deve ser levado com seriedade. A experiência do presente candidato no Conselho Federal da OAB no combate à discriminação desses grupos confirma a necessidade de se criar ambientes protetivos para grupos vulneráveis, além de fortalecer mecanismos de inclusão social através da prática de esportes, atividades culturais, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Todas as pessoas têm o direito de serem felizes.

Planejamento e Recursos

- assegurar a continuidade das ações da Delegacia Especial de Repressão aos crimes por discriminação racial, religiosa ou por orientação sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin);
- oferecer programas de treinamento e capacitação aos servidores públicos do DF das áreas de Segurança Pública, Saúde, Educação e Social voltados ao atendimento às minorias e aos povos e comunidades tradicionais;
- ação específica para capacitação da população interessada e inserção em atividades esportivas, culturais e mercado.

Promoção Equidade de Gênero

- o ambiente público será regido pela igualdade de condições, de remuneração e de meritocracia, em ambiente digno e de respeito entre todos os partícipes;
- constituir os Conselhos Regionais de Políticas Públicas para as Mulheres em cada Região Administrativa, contemplando um canal de comunicação e interlocução direta entre elas e com o Conselho Distrital de Políticas para as Mulheres (CDPM) visando a construção de redes de informações, demandas e trocas de conhecimento em prol do fortalecimento das ações de promoção de equidade de gênero;
- criar e fortalecer políticas de combate ao tráfico de mulheres e turismo sexual, que priorizem a erradicação de redes de locais de prostituição e crimes cibernéticos relacionados, além de prestar assistência às vítimas de violência derivada da prostituição e do tráfico, sobretudo nas áreas rurais do DF;

- oferecer atendimento psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, além de atendimento às famílias e aos agressores de mulheres;
- instituir o Prêmio Talento Mulher para agraciar mulheres que se destaquem na política, na saúde, no esporte, na cultura, na ciência e na educação no Distrito Federal.

Direitos das Minorias

Trata-se de garantir um conjunto de políticas públicas para tratar da promoção dos direitos humanos, da igualdade da dignidade e do combate à discriminação.

São ações a serem implementadas:

- cumprir com o estabelecido na Lei Distrital 2.615, de 26 de outubro de 2000:
- garantir e ampliar a oferta de tratamentos e serviços de saúde que atendam às necessidades da população;
- fortalecer as ações do Comitê Intersetorial de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania da População.

Promoção da Igualdade Racial

- reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos;
- valorizar e revitalizar o Conselho da Igualdade Racial;
- promover ações para combater todas as formas de violência e discriminação, além de garantir o respeito aos direitos dos negros;
- ampliar campanhas contra o racismo e divulgar o Disque-racismo.

Direitos dos Povos e Comunidades tradicionais do DF

- garantir o acesso a territórios e recursos naturais para a manutenção de sua cultura, disponibilizando assistência jurídica;
- disponibilizar assistência técnica gratuita para diminuir as perdas na produção e fortalecer as atividades econômicas com maior geração de renda;

promover ações para combater violência física e psicológicas imputadas aos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, ciganos, povos de terreiro e outros povos tradicionais que estejam no Distrito Federal.

População Carcerária

- dar funcionalidade às muitas oficinas equipadas e ociosas dos presídios e Unidades de Socialização, oportunizando trabalho para os presidiários em busca da autossustentação;
- monitorar o exercício dos direitos humanos da população presidiária feminina, incentivando o acesso integral à saúde e exercício dos direitos sexuais e reprodutivos;
- proporcionar programas educativos e profissionalizantes com vistas à ressocialização de jovens infratores e sua reintegração à família;
- assegurar segurança alimentar e nutricional à população carcerária.

Refugiados

assegurar aos refugiados, no âmbito das competências do Distrito Federal, a manutenção de direitos básicos previstos na Lei 9.474, de 1997.

Participação Social

- fortalecer os espaços de participação social, especialmente conselhos de direitos e os conselhos comunitários;
- viabilizar o desenvolvimento de projetos de promoção social em parceria com movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP);
- promover cursos de fortalecimento organizacional voltados a integrantes de movimentos sociais.

1.8 SUBSISTEMA ESPORTE E LAZER

MAIS ATIVIDADES, MAIS PARTICIPAÇÃO

A política de Esporte implementada de acordo Lei 9.615/98(lei Pelé) está voltada basicamente para três vertentes: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento. Para cumprir essas finalidades, a nova administração se compromete a promover uma Política de Esportes com ações integradas voltadas para a popularização da prática esportiva e do lazer, a todos os segmentos da sociedade, contribuindo para a criação de hábitos esportivos permanentes.

Ações que serão executadas:

- elaboração da Plano Diretor do Esporte de forma participativa, para definir os princípios, objetivos e diretrizes, tornando-o um marco no desenvolvimento estruturado de ações desportivas;
- revitalizar áreas públicas deterioradas, priorizando aquelas onde há elevados índices de criminalidade, associada ao tráfico de drogas, numa ação conjunta interinstitucional de secretarias e agências públicas;
- ampliar o número de atletas e do número de modalidades esportivas atendidos pelo Programa Bolsa Atleta;
- manutenção do "eixão do lazer" no Plano Piloto aos domingos e ampliação das "ruas de lazer" nas demais regiões administrativas;
- incentivar a prática esportiva e a formação de atletas na modalidade futebol, através da implantação do Projeto "Amigos da Gente" em todas as regiões administrativas. Centrado em três aspectos principais: formação do caráter de crianças, adolescentes e jovens, através da disciplina e respeito; melhoria da qualidade de vida; e promoção dos jovens pela divulgação das atividades a clubes e agentes de futebol registrados na Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- implementar o Projeto "Campeonato de Futebol Amador Rural" para incentivar e valorizar o desenvolvimento intelectual e físico dos praticantes de futebol, criando condições para a melhoria da qualidade de vida, prevenção de doenças, bem como no combate às drogas;
- retorno do "Programa Esporte à Meia Noite", oferecendo atividades desportivas aos jovens no período noturno em espaços humanizados;
- incluir os "Jogos Abertos da Terceira Idade" no calendário esportivo do Distrito Federal;
- implantar "circuitos inteligentes" para práticas esportivas nos parques ecológicos vivenciais de uso múltiplo e nas Regiões Administrativas do DF;

- incentivar a prática de esportes aquáticos não poluentes no Lago Paranoá;
- apoiar a prática desportiva em Parques e Unidades de Conservação, como caminhadas, trilhas, esportes de aventura e desporto radical;
- recuperar e ampliar as Vilas Olímpicas nas Regiões Administrativas, visando o desenvolvimento de práticas esportivas, manifestações culturais e sociais de interesse da comunidades;
- criar Programa de Valorização de Atletas e Medalhistas, reinserindo na atividade econômica como treinadores e palestrantes, mediante prévio cadastramento e capacitação, pessoas que possam contribuir na formação de atletas e na prática de atividades esportivas;
- criação de cadastro de alunos da rede pública de ensino, com ênfase no perfil esportivo, a fim de identificar talentos e desenvolver aptidões com foco em competições internacionais e olimpiadas, acompanhando a participação e os resultados obtidos.

1.9 SUBSISTEMA CULTURA

REVITALIZAR ESPAÇOS, INCENTIVAR PRODIUÇÃO

Nos últimos trinta anos, viu-se no Brasil, de forma panorâmica, uma deterioração pelas políticas culturais adotadas, supervalorizando a cultura popular e um abandono da cultura erudita. O resultado desta falta de visão de todo o espectro cultural, gerou um afastamento do acesso do cidadão a todas as formas de cultura.

- revitalizar os espaços culturais existentes no Plano Piloto e demais Regiões Administrativas: Teatro Nacional Cláudio Santoro, Museu de Artes de Brasília, Cine Teatro Itapoã (Gama) e Teatro da Praça (Taguatinga);
- recuperar o Polo de cinema e vídeo de Sobradinho;
- fortalecer a política de preservação e restauração dos espaços e bens culturais;
- incentivar o desenvolvimento de manifestações artísticas de grupos locais por meio de ações integradas entre órgãos e entidades da cultura e do turismo;
- equipar bibliotecas com computadores e material audiovisual, além de ampliar o acervo das brinquedotecas, gibitecas e musitecas nas bibliotecas das Regiões Administrativas;
- promover eventos para promover artistas locais, bem como disseminar diversas expressões da cultura de diversos países, além de promover ações de esporte e lazer e de prevenção a saúde no Parque da Cidade;
- fomentar a realização de festivais (mostras) das diversas expressões culturais, tais como: dança, teatro, bandas de música popular, chorinho, jazz, corais, bandas marciais, festivais populares de todas as regiões do país, música de câmera e música sinfônica
- assegurar a continuidade e a ampliação do Fundo da Arte e da Cultura FAC, para garantir iniciativas culturais que venham a fomentar o fazer cultural;
- criar o corpo de baile e o corpo de cantores do Teatro Nacional Cláudio Santoro, nos moldes da orquestra Sinfônica;
- apoiar a realização de eventos agropecuários no DF, tai como agrobrasília, festa do morango, festa da goiaba, festa do pimentão e festa do divino, visando promover a disseminação de conhecimento técnico e cultural e facilitar o acesso dos produtores as inovações do mercado;

- rever, com participação de entidades representativas do governo e da sociedade, a Lei Orgânica da Cultura;
- criar mecanismos para financiamento público e privado a atividade cultural, associadas com a política de desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

II - SISTEMA CIDADES PARA RECUPERAR DE BRASÍLIA

Ao longo dos últimos anos, os brasilienses se depararam com uma situação no mínimo atípica: a queda de parte de um viaduto no Eixão Sul em fevereiro deste ano. Este fato, aliado a vários prédio e monumentos fechados, como o Teatro Nacional Cláudio Santoro e a piscina de ondas do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, tem provocado na população brasiliense uma sensação de abandono,

Nesse sentido, faz-se necessário recuperar o Distrito Federal, que tal como um moribundo depende de cuidados intensivos. Todos os cidadãos merecem receber serviços de qualidade que garantam de fato, a dignidade da pessoa humana. Para se atingir tal objetivo é preciso não apenas experiência, mas que o candidato esteja comprometido em modernizar o sistema de gestão pública, pautado em princípios éticos de integridade, competência e diligência. Um moderno sistema de tecnologia de informação que garanta uma melhor gestão dos tributos, considerando as normas vigentes e fatores sociais e espaciais, como os planos diretores de gestão territorial e os zoneamentos econômicos e ecológicos.

Uma revolução tecnológica com fundamento na noção de Cidades Inteligentes que auxiliará também na gestão ambiental, com a preservação do cerrado, rios e mananciais. Também permitirá o acompanhamento em tempo real de invasões de áreas públicas e melhorias no sistema de trânsito, propiciando informações para uma gestão integrada com maior diálogo entre os diversos órgãos governamentais e entre o Estado e a sociedade. Trata-se acima de tudo de uma revolução na comunicação, que proporcionará ao Distrito Federal ampliar sua capacidade resolutiva.

2.1. SUBSISTEMA DESENVOLVIMENTO URBANO

BRASÍLIA, VANGUARDA DA QUALIDADE DE VIDA

Brasília é cidade moderna que em apenas três décadas, em 7 de dezembro de 1987, teve a sua área central (Plano Piloto) reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, por seu projeto urbanístico e conjunto arquitetônico. Foi planejada para abrigar 500 mil habitantes, mas já residem nesta área de 5,8 mil km² mais de três milhões de pessoas. Manter esse título, conservando as edificações e monumentos, ao mesmo tempo em que administra as consequências da elevada taxa de crescimento populacional é um desafio para a nova administração.

A cidade passa por um permanente processo de envelhecimento, o que implica em preocupação contínua com sua manutenção e renovação, sendo mantida viva com a adoção de tecnologias que permitem que Brasília continue na vanguarda, como modelo de cidade moderna. Assim ela foi concebida. E o tombamento não pode ser encarado como um engessamento, mas sim como a garantia de que a cidade evolua, modernize-se, sem confrontar os princípios definidos nos planos e projetos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

É importante, neste planejamento, o estabelecimento de ações a serem tomadas em todas as Regiões Administrativas, entendidas como áreas complementares entre si. Em função da enorme concentração de empregos no Plano Piloto, serão estimuladas ações de geração de empregos fora da área tombada, sem perder de vista que nada pode macular a unicidade da administração federal, motivo principal da concepção da capital de todos os brasileiros. Assim sendo, propõe-se que as áreas temáticas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e mobilidade contenham ações integradas desde o planejamento até sua execução.

Neste sentido, propõe-se como ações para o desenvolvimento urbano:

- adotar um sistema de tecnologia moderno para garantir a manutenção (conservação e restauração) contínua de pontes, viadutos, passagens de pedestre, calçadas e demais estruturas instaladas no DF, com vistas à promoção da acessibilidade;
- desburocratizar a tramitação e aprovação de projetos de regularização de imóveis e de desenvolvimento urbano incentivando a legalidade e a sustentabilidade das áreas ocupadas e novas;
- aprimorar os processos de aprovação de projetos de edificações para trazer mais e maiores investimentos, com maior segurança jurídica para a população;
- aperfeiçoar a fiscalização urbana em áreas não regularizadas para evitar as construções de altos edifícios totalmente irregulares que trazem enorme perigo para a população;

- revitalizar praças em todo o DF, provendo iluminação adequada e segurança para possibilitar a socialização nos espaços públicos;
- reestruturar o projeto de revitalização do Lago Paranoá, com ênfase na preservação ambiental da orla, garantia de qualidade da água, além de incentivar a prática de esporte e lazer da população em contato com a natureza;
- ampliar as redes de drenagem de águas pluviais para evitar alagamentos de vias, residências e áreas comerciais.

2.2. SUBSISTEMA ENERGIA

INFRAESTRUTURA DO CRESCIMENTO

Busca-se desenvolver uma gestão ativa para reduzir o consumo de energia na infraestrutura pública, por meio de Redes Inteligentes (Smart Grid). Com isso, serão criados programas de eficiência energética em edifícios públicos, iluminação pública inteligente, geração de energia limpa, entre outras práticas que incentivem e colaborem com o aumento da participação das energias limpas e renováveis na matriz energética do DF.

- garantir a qualidade, eficiência e continuidade da prestação de serviço de distribuição de energia elétrica em todas as regiões administrativas do DF, com especial atenção para a área rural;
- promover a expansão da rede de iluminação pública com o compromisso de buscar sempre a eficiência energética, atendendo aos anseios da população, especialmente na área rural do DF;
- investir na autonomia energética de edifícios públicos, por meio instalação de placas fotovoltaicas instaladas em estruturas adequadas;
- incentivar a implementação de projetos para exploração de geração de energia renovável (fotovoltaica, eólica e biomassa), visando a garantia da segurança energética em todo o DF e Região Metropolitana de Brasília (RIDE-DF);
- fomentar, mediante linhas de crédito do BRB, a formação de cooperativas de produtores rurais que promovam a geração de energias renováveis e limpas (fotovoltaica, eólica e biomassa), de maneira a permitir a geração de renda com a comercialização do excedente de energia produzida;
- utilizar lâmpadas LED em todos os espaços públicos, melhorando a iluminação nestes locais de forma mais econômica e com menor impacto sobre o meio ambiente;
- viabilizar a implantação de sistemas de recarga de energia de carros híbridos, a partir dos resultados de estudos de viabilidade técnica e econômica.

2.3. SUBSISTEMA MOBILIDADE

MAIS TEMPO PARA FAMÍLIA, TRABALHO E LAZER

A mobilidade urbana, tal como previsto no Plano Diretor de Transportes Urbanos - PDTU (Lei Distrital no 4.566, de 4 de maio de 2011), será tratada a partir do conceito de sistema de transporte inteligente (STI). Trata-se de uma tecnologia que incorpora a noção de "Gestão Inteligente" e busca fornecer serviços inovadores relacionados a diferentes modos de transporte e gerenciamento de tráfego. Com a adoção deste sistema, os usuários poderão receber serviços que satisfaçam plenamente as suas necessidades.

Modais de Transporte

- estudar a viabilidade de se criar uma Agência de Mobilidade com a finalidade de integrar vias, modais e sistemas operacionais no DF;
- promover a revisão do PDTU, incluindo a definição e reserva de faixas de domínio tanto para a expansão do sistema rodoviário, quando para a expansão de vias de transporte sobre trilhos e submetê-la à aprovação da CLDF ainda em 2019, cumprindo o prazo legal;
- executar as manutenções e ampliar a malha rodoviária e demais localidades pavimentadas, sem comprometer a mobilidade urbana;
- implementar e ampliar as ações de mobilidade previstas no PDTU, priorizando o transporte público coletivo;
- melhorar a qualidade do serviço do Metrô-DF com a ampliação da quantidade de trens em circulação, por meio de modernização nos sistemas de energia, sinalização e controle;
- duplicar a estrada para Brazlândia, para melhorar o fluxo de veículos e a segurança do cidadão;
- executar a obra do túnel de Taguatinga para melhorar o fluxo de veículos e a segurança do cidadão;
- concluir a EPTG e melhorar a infraestrutura do Pistão Sul para melhorar o fluxo de veículos e a segurança do cidadão;

concluir as obras inacabadas, executar novas obras de viadutos e pontes, principalmente nos pontos de engarrafamento, tudo para melhorar o fluxo de veículos e a segurança do cidadão.

Transporte Público Conectado

- aprimorar o Bilhete Único, ampliando a integração dos sistemas de bilhetagem entre os diversos modais de transporte e facilitar a recarga dos cartões pelo usuário via internet e em totens localizados em áreas públicas de grande circulação de pessoas;
- instituir mecanismos de incentivo para priorizar o uso dos bolsões de estacionamento próximos a estações do metrô, estimulando o uso de transporte público coletivo;
- criar mais bolsões de estacionamentos em locais estratégicos, próximos ao Plano Piloto, para incentivar o uso de transporte público coletivo (ônibus e metrô) e transporte individual (bicicletas).

Pesquisa de Origem e Destino

- aumentar a frota de ônibus colocada à disposição da população, inclusive com WIFI e ar-condicionado;
- garantir a criação de novos itinerários, que interligue a área rural à área urbanizada do DF e Região Metropolitana de Brasília;
- informar a população sobre os horários do transporte público, permitindo a fiscalização popular, inclusive mediante aplicativos para smartphones.

Transporte Individual

- conceber e implementar o Programa de Utilização de Serviço de Transporte Individual do Governo do Distrito Federal, a exemplo do TaxiGOV utilizado pelo Governo Federal, diminuindo os custos com a frota própria (manutenção, combustível e horas extras);
- oferecer uma linha de crédito no BRB de mobilidade urbana individual, para facilitar a aquisição de novos veículos a microempreendedores (motoristas de aplicativos);
- instituir a Política Distrital de Incentivo à produção e comercialização de carros elétricos, híbridos e movidos a hidrogênio.

2.4. SUBSISTEMA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

OCUPAÇÃO RACIONAL E LEGAL DO SOLO

Historicamente, no ano de 1953 foi publicada a Lei n° 1.803, que autorizou o Poder Executivo a proceder com os estudos necessários à definição do efetivo local a abrigar a nova capital federal e posterior definição de instrumentos jurídicos para viabilizar a desocupação de terras. No entanto, nem todos os imóveis foram efetivamente desapropriados, tendo prioridade apenas aqueles situados mais próximos do Plano Piloto de Brasília, em função de diversas restrições orçamentárias enfrentadas. Devido a isso, desde esse período o Distrito Federal passa a encarar um severo desordenamento fundiário, gerando incertezas quanto à dominialidade e limites dos aludidos imóveis rurais.

Ao longo dos últimos anos houve uma evolução no arcabouço jurídico com respeito à redefinição fundiária do DF, com destaque para a Resolução CONAD/TERRACAP nº 234/2014 e a Portaria SEAGRI nº 25/2011, que definiram procedimentos a serem adotados para implementação da almejada regularização das ocupações de áreas públicas rurais. E mais recentemente, a instituição da Política de regularização das terras públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e à TERRACAP (Lei Distrital nº 5.803/2017) com o objetivo de consolidar os marcos legais vigentes e possibilitar transparência, agilidade e efetividade no processo.

Atualmente, a TERRACAP tem ainda a propriedade de 230.000 ha, dos quais, 80% ainda carece de efetiva regularização, tanto no aspecto fundiário, assim como no que se refere à ocupação produtiva por parte de milhares de produtores rurais nelas instalados. Diante deste cenário, é premente que sejam realizadas ações efetivas para sanar pendências históricas de venda de terras nas áreas rurais do Distrito Federal.

- viabilizar a regularização fundiária das fazendas e propriedades da TERRACAP e do GDF;
- promover a regularização fundiária urbana e rural, compatibilizando registros públicos e cartoriais para possibilitar o acesso a políticas públicas;
- intensificar o processo de regularização de imóveis urbanos e rurais, aliada à promoção de ambiente favorável a novas oportunidades de negócios de forma sustentável, através de ações coordenadas entre a administração direta do GDF, a Terracap e o BRB.

2.5 SUBSISTEMA CIDADES MEIO AMBIENTE

ÁGUA PARA FURUTAS GERAÕES

Ainda existem gestores públicos que percebem o meio ambiente como um problema, um entrave ao desenvolvimento. São pessoas com uma visão reducionista de mundo. O Meio Ambiente é tudo aquilo que nos cerca, tanto o ambiente natural quanto o construído e um depende do outro. Por este motivo, o ambiente é tratado em sua complexidade sob a ótica do desenvolvimento sustentável, em suas múltiplas dimensões.

O Distrito Federal está encravado no coração do Brasil, num ecossistema único denominado Cerrado, no encontro de três grandes bacias hidrográficas. A vegetação do Cerrado protege importantes nascentes de rios que abastecem não só o Distrito Federal, mas cidades em várias regiões do Brasil. Nesse sentido, nos comprometemos a preservar nosso ambiente para as próximas gerações.

De forma prática, as ações propostas se alinham com o Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com vistas a promover o enfrentamento das mudanças climáticas; assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos e, acima de tudo, tornar Brasília uma cidade inteligente, humanizada e sustentável.

Gestão Ambiental

- incentivar a redução de gases do efeito estufa, para a geração de créditos de carbono, por meio de leis de incentivo da Indústria Limpa 4.0, que desenvolva plano para a redução e a correta destinação dos resíduos sólidos, além de incentivar e explorar o potencial de geração de energia dos resíduos orgânicos e assim gerenciar a coleta de esgoto e destinação de águas pluviais por meio de Smart Grid (Rede Inteligente);
- revitalizar o Palácio do Buriti, com instalação de sistemas inteligentes para gerenciamento do uso de ar condicionado, elevadores, água e iluminação, além de destinar os resíduos de forma correta:
- implantar sistemas inteligentes de gerenciamento do uso de ar condicionado, elevadores, água e iluminação em todas as instalações do complexo administrativo do GDF;
- criar e implantar o Sistema Unificado de fiscalização ambiental e estruturar as entidades envolvidas em ações de vigilância e atendimento das demandas por parte da população residente no DF;
- promover o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF).

Gestão de Resíduos Sólidos

- modernizar o sistema de tecnologia da informação da autarquia Serviço de Limpeza Urbana (SLU), visando aperfeiçoar o sistema de coleta de resíduos sólidos;
- reformar as instalações físicas das usinas de compostagem da Asa Sul e de Ceilândia visando melhorar a eficiência do processo de triagem dos resíduos recicláveis e melhorar a qualidade do composto orgânico, além de propiciar melhores condições de trabalho aos trabalhadores;
- ampliar a quantidade de pontos de coleta de pilhas, baterias, lâmpadas e rejeitos eletrônicos em todas as Regiões Administrativas e no Região Metropolitana de Brasília;
- implantar o Programa de Logística Reversa de Medicamentos considerando o estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010 e pelas leis Distritais de nº 5.092/2013 e nº 5.591/2015 e do recentemente elaborado Plano Distrital De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos:
- implantar o gradeamento nas principais galerias de águas pluviais da Bacia do Lago Paranoá;
- implantação de sistema moderno de tratamento de Resíduos Sólidos em parceria com a União, Estado de Goiás e iniciativa privada;
- reforçar campanhas de Educação Ambiental aos usuários sobre o calendário da coleta seletiva em cada Região Administrativa e informações sobre o descarte adequado de lixo orgânico e lixo seco e os efeitos do descarte inadequado sobre o meio ambiente (contaminação de solos e mananciais).

Água e Saneamento

- promover a modernização da CAESB, de forma a dotar a companhia de um modelo organizacional eficiente, ágil, com equilíbrio econômico e financeiro, capaz de cumprir com sua responsabilidade social, ambiental, além de valorizar e capacitar seus recursos humanos;
- universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário urbano e ampliação dos serviços na área rural com uso de tecnologias apropriadas;
- regularizar o abastecimento de água e priorizar obras de saneamento em áreas urbanas irregulares, considerando que o acesso à água potável e ao

- saneamento são reconhecidos mundialmente como direitos humanos fundamentais;
- incentivar a execução de projetos de reuso de água e captação de águas pluviais;
- concluir o segundo Sistema Produtor de Água do Lago Norte para abastecer o Lago Norte, Paranoá, Itapoã, Taquari, Vale do Amanhecer e Sobradinho I e II;
- oncluir o Sistema Produtor de Água do Corumbá;
- implementar o plano de manejo dos reservatórios de Santa Maria e do Descoberto, em moldes semelhantes aos que atualmente se aplicam no reservatório do Paranoá;
- implantar novos sistemas de abastecimento de água, como o do Rio Maranhão;
- consolidar o programa de controle e redução de perdas de água da CAESB visando ampliar a malha de abastecimento de água e diminuir as perdas a valores inferiores a 20%. Essa situação pode disponibilizar uma vazão adicional aos sistemas operados e mantidos pela CAESB de 0,9 a 1,2 m3/s;
- fortalecer a política de educação ambiental da CAESB com a ampliação de programas de educação ambiental e fomentar parcerias com outros órgãos, a exemplo das ações realizadas junto à Secretaria de Educação, no âmbito do Mensageiros da Água;
- implementar o Programa Saneamento nas escolas Rurais da Rede Pública, para abastecimento de água potável, visando garantir água de qualidade em conformidade com a Portaria nº 2.914/2011/MS.

III- SISTEMA GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Melhorar a qualidade de vida da população deve ser a missão do próximo governo do Distrito Federal. Apesar da posição geográfica privilegiada, que evidencia a vocação do Distrito Federal para ser o eixo do desenvolvimento econômico e regional do Brasil, e dos fartos recursos, o déficit de serviços públicos e de infraestrutura, que priva a sua população de qualidade de vida, é evidente.

Problemas graves relacionados à saúde, segurança, educação, segurança jurídica, desenvolvimento econômico, mobilidade, emprego, acessibilidade parecem insolúveis em face da ausência de gestores comprometidos com princípios basilares que regem a administração pública, em especial: interesse público, eficiência, eficácia, moralidade, transparência, integridade e outros.

Por isso, resgatar o Distrito Federal como precursor do desenvolvimento nacional, conforme idealizado por Juscelino Kubitschek, é uma questão urgente, de interesse local, regional e nacional. Por sua condição de capital da República, Brasília deve servir de exemplo ao País.

Otimizar os recursos disponíveis e limitados em face das necessidades ilimitadas de sua população somente será possível com um sistema de governo moderno, ágil, conectado às modernas práticas de planejamento e gestão, apoiado em tecnologia que permeie toda a administração e com ampla participação popular, capazes de construir e orientar todas as políticas públicas necessárias ao atendimento das necessidades da população.

Na construção de um governo que garanta serviços de qualidade para a população do DF, é de extrema relevância que a prestação de serviços públicos de qualidade seja também levada aos municípios do Região Metropolitana de Brasília do DF, que formam a RIDE.

Planejamento de curto, médio e longo prazo permitirá transformar o que antes era políticas de governo em políticas de estado, garantindo a continuidade de programas e ações que interessam a toda a população.

O Distrito Federal integrará o conceito de Cidade Inteligente, Humana e Sustentável, garantido aos órgãos, entidades, empresas, cidadãos, comunidade científica e usuários externos integração e disponibilidade de informações e serviços públicos. São eixos que regem essa empreitada e definirão as melhores opções e práticas governamentais: integridade pública, moralidade, publicidade, legalidade, eficiência, eficácia, economicidade, ações estratégicas, governo para a atual e para as futuras gerações, participação popular, orçamento participativo, qualidade de vida, competitividade empresarial, emprego e renda, dentre outros.

3.1 SUBSISTEMA INTEGRIDADE PÚBLICA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

GOVERNAR COM TRANSPARÊNCIA

É por meio de seus órgãos e entidades que o Distrito Federal cumprirá sua função de dar qualidade de vida a população. Para isso impõe-se que as suas instituições estejam alinhadas exclusivamente com o interesse público e livres de qualquer interferência indevida. Para tanto, um Programa de Integridade, *compliance* para a iniciativa privada, será implementado em todo o governo para reger seus agentes e ações e garantir que seus fins sejam atingidos.

- criar a área responsável Integridade Pública do Distrito Federal, vinculada ao gabinete do Governador;
- elaborar e submeter à aprovação do Governador do Distrito Federal o Plano de Combate à Corrupção do Distrito Federal;
- implementar e acompanhar a execução dos Programas de Integridade Pública em cada Secretaria do GDF;
- oriar o Núcleo de Gestão de Integridade Pública subordinada ao Governo do DF com o objetivo de monitorar e reavaliar continuamente o Plano de Integridade Pública do GDF e de exigir o Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal com base na Lei Distrital 6.112 de 02 de fevereiro de 2018;
- priorizar ações em prol de uma mudança cultural, através da Educação Cidadã, que capacite gestores e servidores a lidar com temas afetas à integridade, riscos e controles internos da gestão;
- remodelar os concursos públicos do DF para inserir requisitos e matérias voltadas para o engajamento e a integridade pública;
- disponibilizar à sociedade cursos, treinamentos, simpósios e seminários sobre integridade no Distrito Federal.

3.2 SUBSISTEMA GESTÃO EFICIENTE

REDUZIR BUROCRACIA, DIMINUIR DISTÂNCIAS

Estrutura Administrativa

- redimensionar a estrutura organizacional do governo, eliminando repetições e sobreposições inúteis, em bases científicas e revisões de processos, para torná-lo menor e mais eficaz sem prejudicar o atendimento à população;
- ocupar o Centro Administrativo, reduzindo custos com locações e levando o Governo do DF para perto das regiões mais populosas;
- revisão de processos com vistas a identificar sobreposições e repetições inúteis que oneram e atrapalham a vida do cidadão e que permitirão reduzir o tamanho da máquina pública;
- criação da Agência de Desenvolvimento, vinculada à Secretaria de Fazenda e extinção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- devolução de prédios alugados pela Administração Pública;
- o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana IPTU e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA serão alocados e gastos nas Regiões Administrativas da localização dos respectivos imóveis e veículos;
- assegurar maior autonomia administrativa e financeira às Regiões Administrativas por meio dos instrumentos públicos de planejamento e orçamento;
- as Regiões Administrativas terão seus administradores indicados pela sociedade civil organizada local e pelos cidadãos, em lista tríplice a ser submetida ao governador que escolherá o administrador para exercício de cargo de confiança de natureza especial.
- ampliar a atuação do Gabinete de Gestão Integrada do Região Metropolitana de Brasília e viabilizar a captação de recursos para realizar o planejamento e executar gestão integrada da RIDE;
- resgatar o PAC do Região Metropolitana de Brasília e investir em infraestrutura comum nas áreas de segurança, educação, saúde e mobilidade na RIDE;
- fortalecer a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação entre as forças policiais do DF e Região Metropolitana de Brasília, viabilizando a gestão integrada da segurança pública;
- desenvolver conjuntamente um Sistema de Gestão Integrada para o transporte público do DF e RIDE;

- promover a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos em conformidade ao estabelecido no Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- criar polos de desenvolvimento econômico no Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília, com infraestrutura e mão de obra capacitada, a fim de gerar emprego e renda;
- disponibilizar os Sistemas de Gestão e de arrecadação para auxiliar os municípios da RIDE;
- oferecer treinamento a servidores das unidades federadas da RIDE visando a conscientização e capacitação para atuar na gestão integrada e em consórcios relacionados à RIDE.

Planejamento, Orçamento, Gestão e Fazenda

- criar o Centro de Dados do Distrito Federal, com imagens georeferenciadas de todo o Território do DF e RIDE, informações sobre a população, empresas, estatísticas, dados, informações e conhecimentos para permitir o planejamento estruturado e a gestão em bases científicas (principalmente da expansão urbana, populacional, malha viária, equipamentos públicos) para as atuais e as futuras gerações do DF e do Região Metropolitana de Brasília. Esse banco de dados estará disponível para toda a administração local e do Região Metropolitana de Brasília, mediante níveis de acesso e de interesse;
- planejamento de curto, médio e longo prazos com participação da sociedade por meio de instrumentos presenciais e virtuais. A população será informada e treinada para participar. Esse planejamento será complementado com a implementação de sistema efetivo de metas;
- implementação na Lei Orgânica do Distrito Federal LODF de previsão e fundamentos do Planejamento Estratégico e do Acordo de Metas como Garantias para Ações de Longo Prazo de Comprovado Interesse Público, conferindo-lhes status de política de estado;
- integrar, aprimorar e desenvolver ferramentas de tecnologia da informação, nas áreas de receita, despesa, contabilidade, saúde, segurança, educação, mobilidade, social e desenvolvimento econômico para subsidiar a alta administração e os gestores públicos na tomada de decisão, garantindo transparência à sociedade;
- Interligar peças orçamentárias a sistemas de planejamento estratégico.

Finanças Públicas

- fomentar a economia e PIB do DF por meio de políticas fiscais, redução da burocracia, capacitação da mão de obra, redução de carga tributária, atração de investimentos nacionais e internacionais, fortalecimento da infraestrutura local;
- assegurar o equilíbrio fiscal por meio de responsabilidade na gestão fiscal, aumentando a receita orçamentária por meio da eficiência e eficácia, sem aumento de carga tributária, e reduzindo e controlando o gasto público.
- aumento de receita por meio da eficiência na gestão tributária, captação de recursos em operações de créditos para investimentos relevantes e contínua articulação com a bancada de deputados federais e senadores do Distrito Federal, além dos ministérios e Presidência da República, aproveitando a proximidade com o Governo Federal;
- precatórios serão de pagamento prioritário, por meio de destinação de recursos específicos no orçamento e de operações financeiras com fundos próprios, em parceria com os respectivos tribunais, tudo no interesse dos credores e do estado democrático de direito;
- dívida ativa será liquidada, em programa nunca visto antes, com redução suficiente e necessária, na forma da lei, permitindo ao DF o recebimento de recursos de difícil realização e aos devedores o saneamento de suas dívidas com o fisco, aquecendo a economia local.

Gestão

- fortalecer o sistema de transparência governamental em linguagem acessível ao público;
- fortalecer a governança pública, com sistema de metas e controles e com orientações efetivas às empresas públicas não dependentes tendo em vista a condição de acionista do GDF;
- modernizar toda a Administração Pública e disseminação de visão desenvolvimentista que sensibilize todas as áreas de governo sobre a importância das empresas na geração de emprego, renda e arrecadação; sobre a importância de cada servidor e de cada ação na construção de um DF melhor para se viver; e também sobre a necessidade de bem atender toda a população;
- estruturar as Administrações Regionais com amplo rol de serviços descentralizados, ambiente humanizado, competências suficientes, patrulha

- mecanizada e orçamento próprio para atendimento das necessidades imediatas e essenciais da população;
- ampliação do horário de atendimento das Administrações Regionais até as 24 horas, facilitando o acesso dos cidadãos que não podem se ausentar do trabalho para serem atendidos em repartições;
- expediente do Governo do Distrito Federal e secretários em sistema de rodízio uma vez por semana nas Regiões Administrativas;
- instituir e disseminar o projeto "Na Hora Digital", visando aproximar o cidadão dos serviços prestados por órgãos públicos em ambiente virtual, reduzindo a necessidade de presença física do cidadão em repartições. Para tanto serão: a) disponibilizados o "portal na hora" com acesso a aplicativos de telefones móveis ou em páginas da internet; b) implementados terminais/totens em logradouros públicos, centros comerciais e shoppings onde haja grande concentração de pessoas; c) divulgado em meios de comunicação as funcionalidades e serviços disponíveis à população;
- gestão integrada entre as diversas áreas do governo, reduzindo o tempo para soluções de demandas que envolvam vários órgãos;
- promover o desenvolvimento regional e local, inclusive por meio de secretaria para a Região Metropolitana de Brasília que agregue secretários dos três entes federados envolvidos (DF, MG e GO), mediante convênio;
- promover integração de programas do Governo Distrital com Programas Federais visando reduzir sobreposições e repetições desnecessárias e captar recursos para atendimento de demandas da população;
- viabilizar parcerias público privadas e descentralização de serviços para gestão de espaços públicos, parques, teatros, zoológico e áreas esportivas visando melhor atender a população;
- parcerias com governos estrangeiros, trazendo as melhores experiências e práticas internacionais, recursos, em especial nas áreas de tecnologia, indústria 4.0, internet das coisas, desenvolvimento econômico, saúde, segurança pública e mobilidade.

Valorização dos servidores públicos

Política de valorização e engajamento dos servidores nas ações de sua responsabilidade, proporcionando melhores condições de trabalho, por meio de capacitações, ambiente digno e integrado ao conceito de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;

- promover cursos de capacitação continuada e especializações para formação e atualização profissional dos servidores públicos, que propiciem melhorias em sua qualidade de vida, autoestima, inteligência emocional e outros fatores profissionais e humanos;
- remuneração justa e variável em função de metas, prazos e resultados estabelecidos em conjunto com cada categoria;
- assegurar o pagamento de atrasados existentes com os servidores, diminuindo a necessidade de judicialização;
- programas para qualidade de vida do servidor e família;
- criar banco de talentos para incentivar a participação dos aposentados do GDF em atividades produtivas, educativas e culturais;
- programas de recuperação financeira assistida para servidores, auxiliando na recuperação de sua paz social e decorrente capacidade para melhor contribuir com seu trabalho.

Fazenda

- Formular e executar política fiscal desenvolvimentista que repercuta no crescimento econômico, na obtenção de receitas para atendimento das necessidades públicas e na qualidade de vida da população;
- ampliar a receita por meio da eficiência e do aumento da base de contribuintes, reduzindo impostos, estimulando a atividade empreendedora, os investimentos, a geração de emprego e renda;
- demonstrar a execução da despesa pública em sítios de internet e terminais próprios para a transparência pública, em linguagem acessível a todos os cidadãos;
- melhorar a qualidade do gasto público, priorizando o planejamento das compras e reduzindo as compras emergenciais;
- implementar as 10 (dez) medidas em prol da arrecadação e do desenvolvimento:

Medidas em Prol do Desenvolvimento Econômico e da Arrecadação:

- 1 Redução de Impostos e Taxas das empresas;
- 2 redução de Impostos e Taxas dos cidadãos, em especial o IPTU e o IPVA, retornando aos mesmos patamares de 2010;
- 3 simplificação da Legislação Tributária, redução da quantidade de taxas tributárias e redução da burocracia na administração tributária e inventariar todas as demandas do setor produtivo por alterações na legislação, definindo cronograma para sua aprovação e implementação;
- 4 melhoria do atendimento ao contribuinte com definição de prazos para práticas de atos a cargo da administração tributária;
- 5 criação do Programa Escola Fazendária do Distrito Federal, por meio de parcerias e sem aumento de despesa, para oferta de cursos, treinamentos, simpósios e seminários, presenciais e virtuais, de forma continuada, para contadores, economistas, advogados, servidores, contribuintes e demais interessados sobre temas tributários de interesse da sociedade;
- 6 disseminação de valores desenvolvimentistas na atividade administrativa do Distrito Federal, introduzindo na rotina do serviço público treinamentos e ações que exaltem a importância do investimento e da atividade privada na geração de emprego, renda e arrecadação;
- 7 a Secretaria de Fazenda, por meio da Agência de Desenvolvimento, conduzirá os programas de atração de investimentos, nacionais e internacionais, de interesse do Distrito Federal;
- 8 estimular o retorno de empresas que saíram do Distrito Federal em decorrência da insegurança jurídica e da falta de políticas econômicas e fiscais estruturadas:
- 9 implementar Programa de Saneamento de Empresas e Recuperação de Créditos de difícil Recebimento que efetivamente atenda aos interesses da sociedade e do Estado;
- 10 criar o Conselho de Desenvolvimento e Tributário, com participação de entidades do setor privado, da sociedade civil organizada e do Distrito Federal para subsidiar e divulgar a formulação da política fiscal.

IV - SISTEMA EMPRESAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Brasília, considerada sua localização geográfica e sede da administração pública federal, dos tribunais superiores, das embaixadas, bancos comerciais e de grandes empresas, tem vocação natural para segmentos inerentes à ciência, tecnologia e inovação, atividades financeiras, serviços e logística.

No Distrito Federal tem-se também a maior concentração do País de doutores e mestres de diversas áreas, sendo uma fonte inesgotável de conhecimento para a atividade governamental e privada que precisa ser integrada às ações de planejamento e gestão.

A alta renda de sua população é um grande propulsor do consumo e por consequência da economia. Mas a má distribuição da renda é um grave problema a ser resolvido para que a qualidade de vida seja uma realidade para toda a população.

Pensando nas futuras gerações, a estrutura da economia local fundada na administração pública não serve mais, eis que a mesma não tem capacidade de empregar os filhos de Brasília e nem gerar mais riquezas para a economia além de estar num caminho sem volta para a eficiência e eficácia com estrutura mais enxuta e mais ágil.

Políticas de incentivos fiscais, creditícios e econômicos, redução da burocracia, disponibilização de infraestrutura econômica, inovação e tecnologia, capacitação de mão de obra, parcerias com governos estrangeiros detentores de alta tecnologia, tudo voltado para startups, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e grandes empresas, são necessários para colocar novamente o Distrito Federal na estrada do desenvolvimento econômico e sustentável.

São valores do Sistema Econômico deste Plano de Governo a competitividade econômica, a integridade, a transparência, a segurança jurídica, o crescimento econômico, a qualidade de vida da população, a tecnologia, as parcerias entre governo e setor privado, a redução do tamanho da máquina pública, redução da burocracia, infraestrutura econômica, capacitação de mão de obra, carga tributária justa, aumento da eficiência e eficácia administrativa.

São eixos considerados Brasília Conectada e Inteligente, Brasília Centro Tecnológico e Financeiro, Brasília Turística, Brasília Centro Logístico, Brasília Capital da Saúde e outros mais.

Ações:

formular e executar política fiscal desenvolvimentista que repercuta no crescimento econômico, na obtenção de receitas para atendimento das necessidades públicas e na qualidade de vida da população;

- ampliar a receita por meio da eficiência e do aumento da base de contribuintes, reduzindo impostos, estimulando a atividade empreendedora, os investimentos, a geração de emprego e renda;
- implementar o Projeto Nossa Capital como uma das metas prioritárias para resgatar Brasília de seu profundo abandono, dando à cidade e seus habitantes uma nova e melhor condição de vida. Tem por objetivo restaurar o setor produtivo, de comércio e serviços, com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas ONU;
- reativar o Fórum Distrital da Micro e Pequena Empresa e criar a Rede de Capacitação Empreendedora no DF com vistas a expandir as ações de formação e capacitação voltados aos micro e pequenos empreendedores;
- realizar Feiras de Matchmaking (encontro entre expositores/vendedores e compradores de outros países), para geração de oportunidade de negócios;
- fomentar estratégias de exposição de produtos produzidos no DF nos Portais Marketplaces;
- promover o Programa de Benchmarking e Compartilhamento de Melhores Práticas, com vistas a ampliar a produtividade das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte;
- priorizar a implantação definitiva do Parque Brasília Capital Digital em parceria com as entidades representativas do segmento de tecnologia;
- aprimorar a infraestrutura econômica, revitalizando as já existentes, em especial as Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADE's, iniciando pelo Porto Seco e criando novas áreas para concentrar investimento e geração de empregos próximo às grandes regiões populacionais do Distrito Federal;
- redução da Burocracia por meio da revisão de processos, simplificação da legislação, unificação de procedimentos, eliminação de sobreposições, integração das diversas áreas de governo do DF e com o Governo Federal, informatização, estabelecimento de prazos para a administração publica praticar atos de sua responsabilidade
- programa Empreende Fácil, que reduz o tempo de abertura de empresas para 48 horas, facilitando o investimento, a atividade privada e a criação de novos postos de trabalho. Esse programa ainda disponibilizará capacitação para os empreendedores e também inovação tecnológica mediante parceria com institutos de pesquisa, universidades e representantes do setor de tecnologia;
- reduzir a Carga Tributária (impostos e taxas) desonerando a atividade produtiva, comércio e serviços para aumentar a competitividade de empresas

- estabelecidas no Distrito Federal, mediante compensação social dos benefícios auferidos.
- criação de Programas de Incentivos fiscais, econômicos e creditícios para consolidação e expansão do processo de desenvolvimento do Distrito Federal
- criação de novas linhas de crédito pelo Banco de Brasília BRB, para fomentar a atividade econômica no Distrito Federal e no Região Metropolitana de Brasília
- considerar no planejamento local, visando inclusive a captação de recursos, o Fundo do Centro Oeste FCO e o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste FDCO para utilização em favor da infraestrutura econômica e dos investimentos no Distrito Federal, fazendo as ações e gestões necessárias junto ao Governo Federal;
- modernizar o Banco de Brasília, transformando-o efetivamente em banco de fomento, disponibilizar crédito e estimular toda a cadeia produtiva do DF e Região Metropolitana;
- o Banco de Brasília BRB será o agente financeiro do Governo do Distrito Federal nas ações estruturaas que venham a ser criadas pelo GDF, em especial a securitização de dívida ativa e o pagamento de precatórios
- considerar no planejamento local e captar os recursos disponíveis no FCO e no FDCO para utilização em favor da infraestrutura econômica e dos investimentos no Distrito Federal, fazendo as ações e gestões necessárias junto ao Governo Federal
- capacitação da Mão de Obra com base em planos de investimento privado de curto, médio e longo prazo, preparando a população interessada para ocupar postos de trabalho a serem criados pelos investimentos privados que serão atraídos
- resgate da Segurança Jurídica por meio da revisão e aprimoramento das leis distritais que tratam do funcionamento da atividade econômica e regulam a tributação, em âmbito local e federal, integrando os órgãos respectivos (Fazenda, Procuradoria, Consultoria Jurídica e outros) no aprimoramento das leis e na da defesa dos interesses do Distrito Federal perante tribunais
- priorizar a conclusão da tramitação dos Projetos de Lei de iniciativa privativa do Executivo, tais como Lei de Uso e Ocupação dos Solos (LUOS), Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) para fomentar maior segurança jurídica

- elaborar o Marco Regulatório do Setor Produtivo que proteja os interesses de consumidores e usuários, preserve o interesse público e propicie, com segurança jurídica, a atuação do setor produtivo privado
- realizar fóruns e seminários sobre temas estratégicos e viabilizar envolvimento dos órgãos jurídicos e de áreas fins do governo na defesa de suas leis e de seus programas de desenvolvimento
- treinamento de servidores públicos para engajamento em assuntos desenvolvimentistas, disseminando a consciência da importância das empresas na geração de emprego, renda e arrecadação e também para o futuro do Distrito Federal
- junta Comercial do Distrito Federal JCDF vinculada ao GDF será uma ação prioritária, para integrar todas as ações relativas ao registro do comércio e abertura de empresas, reduzindo prazos e melhorando a qualidade do atendimento ao cidadão
- potencialidades locais: Eixo Agricultura e Pecuária, com elaboração do plano estratégico de desenvolvimento agropecuário já no primeiro ano de governo, fomento à atividade rural, mapeamento das cadeias produtivas, auxílio técnico e científico para a produção, armazenamento, comercialização e transporte da produção, integração com a RIDE para desenvolvimento integrado e planejado da produção agropecuária, fomento à atividade produtiva para investimento e custeio
- ações específicas na área rural:
 - RESOLVER A QUESTÃO HÍDRICA NA ÁREA RUAL, CONTROLANDO USO DE RECURSOS HÍDRICOS E PROMOVENDO SEU APROVEITAMENTO RACIONAL
 - REFORÇAR O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF POR MEIO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS
 - INSERIR A EMBRAPA NAS AGENDAS DE PESQUISA, INOVAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA DEFESA DOS INTERESSES E DE PROJETOS VOLTADOS PARA A AGROPECUÁRIA DO DF E REGIÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA
 - DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS
 - INCREMENTAR A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PRODUZIDOS NO DF E REGIÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA
 - INCREMENTAR A PRODUÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS
 - INCENTIVAR AS EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS COM ÁREAS DEFINIDAS PARA SHOWS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
 - DESENVOLVER E INCENTIVAR O TREINAMENTO, A CAPACITAÇÃO VOLTADO PARA A AGROPECUÁRIA E A AGROINDÚSTRIA

- INTERLIGAR AS ESTRADAS VICINAIS, RODOVIAS, FERROVIAS E AEROPORTOS DO DF E REGIÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
- AMPLIAR E LEVAR O SANEAMENTO BÁSICO A TODAS AS COMUNIDADES RURAIS DO DF
- FISCALIZAR E INCENTIVAR AÇÕES REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA ÁREA RURAL
- potencialidades locais: **Eixo Indústria**, em que o mapeamento das potencialidades industriais local permitirá a criação de ambiente suficiente e necessário ao crescimento dos investimentos já instalados e a atração de novos investimentos, priorizando a o perfil local para atividades de alto valor agregado, não poluentes e de alta tecnologia, priorizando a instalação de empreendimentos em locais próximos aos grandes regiões adminsitrativas, dimunuindo a movimentação de trabalhadores para o plano piloto, melhorando a mobilidade e aumentando a qualidade de vida da população
- potencialidades Locais: **Eixo Distribuição e Atacado**, que têm grande capacidade de geração de emprego e renda, e encaixa-se perfeitamente na vocação natural do Distrito Federal por causa de sua localização no centro da América Latina. O oferecimento de infraestrutura, segurança jurídica, carga tributária justa e competitiva serão as bases para resgatar os atacadistas que foram embora por falta desses pilares e para a atração de novas empresas
- potencialidades Locais: Eixo Logística, que se referindo ao armazenamento e transporte, tem no Distrito Federal o potencial para seu estabelecimento e crescimento. Esse eixo será reforçado por meio de tratamento fiscal adequado, parcerias com o Governo de Goiás, integrando toda a atividade local ao mundo por meio dos ramais ferroviários em construção, revitalização das rodovias do DF e Goiás e integração com o Aeroporto de Cargas de Anápolis
- potencialidades Locais: **Eixo Tecnologia, Pesquisa e Inovação**, como pilar necessário ao desenvolvimento público e privado, integrando toda a mão de obra de mestres e doutores do DF, universidades, institutos de pesquisa, entidades representativas do setor produtivo, empresas, startups e sociedade em geral. Por meio de Programa de Ciência, Inovação e Pesquisa para empresas, será oferecido a empresas do DF a possibilidade de aprimoramento de processos, meios de produção, produtos e o que for necessário para o crescimento da economia local, a competitividade das empresas, geração de emprego, capacitação de mão de obra para atividades complexas e de alta remuneração e melhoria da qualidade de vida da população
- potencialidades Locais: **Eixo Turismo e Eventos**, absorvendo as ofertas naturais da Região do Região Metropolitana de Brasília do Distrito Federal, e

a vocação para turismo de negócios e grandes eventos, integrando os agentes envolvidos e as cadeias produtivas respectivas e criando condições para a realização de grandes eventos: Fórmula 1, Fórmula Indy, shows nacionais e internacionais, apresentações, seminários, gastronomia, hotelaria, etc

- ações específicas para turismo:
 - ELABORAR E DIVULGAR O PLANO DIRETOR E O PLANO ESTRATÉGICO 2030 DO TURISMO DO DF, COM AÇÕES INTEGRADAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO, DEFININDO
 - DIVULGAR NACIONAL E INTERNACIONALMENTE A IMAGEM DO DF E INCENTIVAR O TURISMO LOCAL
 - REVITALIZAR, CONSTRUIR E INTEGRAR EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E ESPORTIVOS, TURÍSTICOS E CULTURAIS COMO FORMA DE INCENTIVAR O TURISMO E A UTILIZAÇÃO POPULAR, COMEÇANDO PELA ÁREA DO ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA
 - COMPLEMENTAR INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS TURÍSTICAS (ILUMINAÇÃO, URBANIZAÇÃO, SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO)
 - CRIAR ROTEIROS TURÍSTICOS CONSIDERANDO E INTEGRANDO O TURÍSMO RURAL,
 O GASTRONÔMICO, NEGÓCIOS, GRANDES EVENTOS, ETC
 - ENTREGAR EFETIVAMENTE E DE FORMA ORDENADA O LAGO PARANOÁ PARA A POPULAÇÃO, COM INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA LOCAL, INCENTIVANDO A PRÁTICA DE ESPORTES AQUÁTICOS
 - EXALTAR A BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, ASPECTOS URBANÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS, A DIVERSIDADE E TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS, MÍSTICAS E RELIGIOSAS
 - PLANEJAR E INCENTIVAR A FORMAÇÃO E A CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO, INCLUSIVE COM O APRENDIZADO DE IDIOMAS
 - REALIZAR CONVÊNIOS COM EMBAIXADAS PARA AÇÕES PLANEJADAS DE INCENTIVO AO TURÍSMO NO DF E NOS PAÍSES SIGNATÁRIOS
- potencialidades Locais: **Eixo Esporte e Lazer**, que permite a oferta e a utilização dessas políticas públicas a toda a população (crianças, jovens, terceira idade, portadores de necessidades especiais) em todas as regiões administrativas. Neste eixo integrar-se-á a respectiva comunidade esportiva na oferta de serviços à população, valorizando a experiência, por meio de aulas, seminários, treinamentos continuados. Grandes nomes do esporte local serão chamados a treinar os jovens. O esporte visará a saúde da população, a formação pessoal, a inclusão social e as competições. Por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico, serão estruturadas cadeias produtivas que permitam aos agentes o crescimento e o financiamento de suas atividades (empreendedorismo, fomento, etc)
- potencialidades locais: Eixo Cultura, que permite a oferta e a utilização dessas políticas públicas a toda a população em todas as regiões administrativas.

Neste eixo integrar-se-á a respectiva comunidade cultural na oferta de serviços à população, valorizando a experiência, por meio de aulas, seminários, treinamentos continuados. A atividade cultural será organizada para, também, estimular a produção cultural e a identificação de talentos. Além de recursos públicos para a atividade cultural, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico, serão estruturadas cadeias produtivas que permitam aos agentes o crescimento e o financiamento de suas atividades (empreendedorismo, fomento, etc)

- ações específicas esporte, cultura e lazer:
 - ELABORAR E DIVULGAR O PLANO DIRETOR E O PLANO ESTRATÉGICO DO ESPORTE, CULTURA E LAZER 2030
 - REVITALIZAR MEDIANTE PARCERIAS OS ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS, CULTURAIS E DESTINADOS AO LAZER, TONANDO-OS INTEGRADOS À INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E HUMANIZADOS
- potencialidades locais: Eixo StartUp´s, criando espaço próprio, eventos e treinamentos para sua difusão. O setor público publicará editais para obtenção de aplicações e ferramentas desenvolvidas por startups, visando: a redução do custo nas aquisições de funcionalidades para o GDF; incentivar a atividade empreendedora; reduzir o desemprego; fomentar a tecnologia e inovação;
- potencialidades locais: Eixo Jovem Empreendedor, como instrumento importante na mudança de perfil econômico do Distrito Federal, deslocando a economia preponderante na atividade pública para a atividade privada, a médio prazo, reduzindo o desemprego, a violência e o consumo de drogas, melhorando a autoestima do jovem diante das novas oportunidades de empreender e criando uma nova geração de brasilienses focados na atividade produtiva;
- potencialidades locais: Eixo Cadeias Produtivas, destinado a atividades estratégicas que serão definidas em conjunto com o setor produtivo, para cadastrar e mapear as atividades econômicas atuais e futuras, integrando universidades e pesquisadores, produtores, indústria, distribuição, logística, serviços, visando aumento da competitividade, geração de alto valor agregado, inovação, aprimoramento tecnológico, emprego, renda, arrecadação;
- potencialidades locais: Eixo RIDE, para desenvolvimento regional do DF e Região Metropolitana de Brasília, por meio de gestão integrada entre DF, GO e MG, em secretaria do Região Metropolitana de Brasília com a presença dos três representantes, visando identificação das demandas, captação de recursos, disponibilização de serviços públicos e infraestrutura integrada. A medida proporcionará desenvolvimento econômico na região, atração de

- investimentos e alocação de empreendimentos próximo à grandes aglomerações populacionais, alívio do sistema de mobilidade, melhoria da qualidade de vida a população do DF e Região Metropolitana de Brasília;
- revitalizar as principais avenidas comerciais de cada Região Administrativa, iniciando em 2019 pela W3 e Sector Comercial Sul, cujo modelo servirá para orientar as demais ações nas demais cidades.

10 AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 1. Aumentar investimentos públicos e atrair investimentos privados, para gerar emprego, renda e arrecadação;
- 2. Criar ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, reduzindo impostos, reduzindo burocracia, criando infraestrutura econômica, oferecendo capacitação e aumentando a segurança jurídica de investimentos;
- 3. Reduzir carga tributária (iptu e ipva + 2010 para aumentar poder de consumo das famílias:
- 4. Reduzir alíquota de ICMS do diesel, igualando a Goiás);
- 5. Reduzir a quantidade e valores de taxas cobradas pelo poder público;
- 6. Favorecer a expansão e o fortalecimento das empresas locais
- 7. Oferecer pesquisa, inovação e tecnologia para ME, EPP e demais interessados, por meio de parceria com universidades e entidades acadêmicas, para gerar valor agregado e competitividade
- 8. Estimular o retorno de empresas que saíram do DF ou que deixaram de faturar suas vendas aqui em decorrência da burocracia local, do vácuo de gestão e das melhores condições competitivas em outros estados
- 9. Estimular o empreendedorismo e startups
- 10. Parcerias com governo federal (MDIC e MT) para fortalecer e integrar políticas públicas já existentes e criar novas, em especial:
 - a. primeiro emprego
 - b. primeira empresa
 - c. fortalecer e integrar mei, me e epp.

V - SISTEMA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DF

A abordagem mais atual do tema Ciência, Tecnologia e Inovação, quando aplicada aos serviços públicos voltados para as necessidades quantitativas e qualitativas da população, nos remete ao novo conceito internacional de "Cidades Inteligentes, Humanas e Sustentáveis".

O ambiente digital integrado e disponível, capaz de armazenar dados, informações e produzir conhecimentos para o setor público e para o privado, subsidiará o planejamento, a gestão, a transparência, a integridade, a efetiva prestação de serviços públicos e oferta de infraestrutura.

Para tanto, entidades representativas do setor produtivo, empresas, universidades, institutos de pesquisa, escolas, startups, governo e cidadãos deverão estar integrados desde a formação das políticas públicas, elaboração dos planos diretores de tecnologia e inovação, planos estratégicos, gestão pública, atendimento de demandas dos cidadãos e das empresas relacionadas a tecnologia e inovação.

Ações:

- elaborar o Plano Diretor para a Ciência, Tecnologia e Inovação, sob a ótica das Cidades Inteligentes, Humanas e Sustentáveis, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – ONU;
- implementar o Programa Cidade Conectada e Inovada, disponibilizando internet WIFI em todo o DF nos próximos 4 anos;
- instrumentalizar a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia para, mediante parcerias inclusive, organizar e disponibilizar à sociedade e ao setor produtivo: a) pesquisas; b) tecnologia; c) inovação, destinadas à agregação de valor aos produtos e serviços gerados no DF;
- integração entre academias, empresas e governo por meio de conselhos integrados, eventos, seminários e atividades continuadas para suprir empresas e cidadãos de dados, informações e conhecimento para respectivos fins;
- inserir o DF no conceito de Cidade Inteligente, Humana e Sustentável, conectando e integrando serviços públicos e infraestrutura (transporte, segurança, saúde, educação, urbanismo, gestão, etc) como forma de melhorar a oferta de serviços públicos, a gestão pública, o ambiente competitivo privado e, em especial, a qualidade de vida da população:
 - na educação, os pais matricularão e acompanharão o desempenho do seu filho, a presença e se comunicarão com a escola por meio de aplicativos e smartphones;

- na saúde, consultas, recebimento de diagnósticos, acesso a informações médicas, poderão ser feitas por meio de aplicativos de celulares;
- na segurança, registro e acompanhamento de ocorrências, informações sobre trânsito, estatísticas poderão ser feitos por aplicativos de celulares;
- na mobilidade, a pesquisa de linhas e horários, trânsito e melhores acessos para eventos dar-se-á por aplicativos, inclusive.
- estabelecer parcerias com o Governo Federal, particularmente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e com o Ministério do Trabalho (MT) para fortalecer e integrar políticas públicas já existentes e criar novas, de acordo com a demanda;
- disponibilizar pesquisa, inovação e tecnologia ao setor produtivo, especialmente microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por meio de parcerias e convênios com instituições de ensino superior e institutos de pesquisa;
- capacitação de mão de obra em tecnologia e inovação para gerar valor agregado a atividade laboral e empreendedorismo;
- programa jovem empreendedor em ciência e tecnologia, por meio de treinamentos, incentivos e fomento, visando a redução do desemprego e o desenvolvimento econômico;
- fomentar a Indústria 4.0 e a Internet das Coisas por meio de legislações adequadas, treinamentos, integrações entre os segmentos produtivos, para aumentar a competitividade e o valor agregado;
- desenvolver programa de apoio à pesquisa e inovação de processos econômicos relacionados à sustentabilidade ambiental pelo reaproveitamento e industrialização de resíduos sólidos, tanto provenientes da construção civil, quanto do lixo urbano.